



O DESENGAJAMENTO MORAL NAS DIFERENTES FASES DO CICLO DE VIDA

MARIANA DE ALMEIDA SARAIVA CAMELO

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTOR MIGUEL BASTO PEREIRA

Orientador de Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTOR MIGUEL BASTO PEREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Miguel Basto Pereira, apresentada no ISPA-Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na Especialidade de Psicologia Clínica.

AGRADECIMENTOS

Foram 6 anos de uma viagem inesquecível que me fez crescer, aprender, refletir e autoconhecer. Despeço-me deste ciclo com muito orgulho no caminho que construí e bastante grata a todas as pessoas especiais se cruzaram comigo e me marcaram neste percurso.

Em primeiro lugar, gostava de agradecer ao Prof. Doutor Miguel Basto Pereira, por toda a sua disponibilidade e suporte durante os últimos dois anos, por cada partilha e por estar sempre presente durante este percurso.

Um obrigada ao ISPA por todo este caminho, mas especialmente, pelos amigos que me deu. Diogo, Katarina, Rita, Bia e Nayeli obrigada pela vossa amizade e por terem tornado este caminho mais especial.

Aos meus amigos, que estiveram presentes em todos os momentos, sejam eles de frustração ou alegria.

Um obrigada à Associação Terra dos Sonhos, por me acolher e por me dar a oportunidade de fazer feliz quem mais precisa.

Um obrigada aos meus avós, que mesmo não estando todos fisicamente presentes, estão sempre no meu coração. Aos meus tios e aos meus primos, que tiveram ao longo de todos estes anos um papel fundamental tanto na minha vida académica, como pessoal.

Por fim, aos maiores pilares da minha vida: aos meus pais que sempre me apoiaram incondicionalmente em todas as minhas decisões. Obrigada pela força que me dão e por me fazerem acreditar em mim. À minha irmã Matilde por ser a maior surpresa e o maior apoio que a vida me deu. À minha irmã Maria, que está sempre no meu coração.

Obrigada a todos!

RESUMO

O desengajamento moral consiste na dissociação dos próprios valores morais através de mecanismos que possibilitam o envolvimento em comportamentos que infringem as normas impostas pela sociedade, sem que se sinta qualquer tipo de culpa. Uma vez que é um campo pouco estudado, o presente estudo pretende: 1) Avaliar as propriedades psicométricas da *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD) numa amostra comunitária portuguesa; 2) Compreender a evolução do desengajamento moral ao longo de diferentes faixas etárias e perceber se vai de encontro à evolução do comportamento delinvente, já estudada. A amostra é constituída por 598 indivíduos da comunidade, com idades compreendidas entre os 18 e os 89 anos, divididos por quatro grupos etários: fim da adolescência, início da idade adulta, meia idade e terceira idade. Os participantes preencheram um protocolo que incluía um questionário sociodemográfico, a *Civic Moral Disengagement Scale* e a *Antisocial Spectrum*. A validade de construto foi testada através de uma análise fatorial confirmatória, resultando numa estrutura unidimensional de 30 itens, revelando boas propriedades psicométricas. Os níveis de desengajamento moral não diferiram entre todos os grupos, existindo apenas diferenças estatisticamente significativas entre o final da adolescência e o início da idade adulta. Contrariamente ao esperado, o desengajamento moral não diminuiu progressivamente com o avançar da idade. Por fim, o sexo masculino apresenta níveis de desengajamento moral superiores ao feminino, como previsto. O contributo deste estudo é particularmente importante, uma vez que é uma temática com suporte teórico e empírico bastante limitado.

Palavras-chave: Delinquência; Comportamento Antissocial; Desengajamento Moral; Ciclo de Vida; Propriedades Psicométricas.

ABSTRACT

Moral disengagement consists in the dissociation of one's moral values through mechanisms that make it possible to engage in behaviors that violate the norms imposed by society, without feeling any type of guilt. Since it's a field that hasn't been too explored, the current investigation aims to: 1) assessing the psychometrics properties of civic moral disengagement scale (CMD) in a Portuguese community sample; 2) To understand the evolution of moral disengagement along different age groups and to understand if it is in line with the evolution of the delinquent behavior, already studied. The sample of the present study was formed by 598 individuals from the community, aged between 18 and 89 years old, divided into four different age groups: late adolescence, early adulthood, middle-aged and elderly. Participants filled a protocol that included a sociodemographic questionnaire, the Civic Moral Disengagement scale and the Antisocial Spectrum scale. Construct validity was tested using a confirmatory factor analysis, resulting in a 30 item unidimensional structure, revealing good psychometric properties. The levels of moral disengagement did not differ between all groups, with only statistically significant differences between the late adolescence and early adulthood. Contrary to expectations, moral disengagement did not progressively decrease with advancing age. Finally, males show higher levels of moral disengagement than females, as expected. The contribution of this study is particularly important, since it's a topic with a very limited theoretical and empirical support.

Key-Words: Delinquency; Antisocial Behavior; Moral Disengagement; Life Cycle; Psychometric Properties.

LISTAGEM DE ABREVIATURAS

AFC- Análise Fatorial Confirmatória

AS Spectrum- Antisocial Spectrum

CMD- Civic Moral Disengagement Scale

MDS- Moral Disengagement Scale

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	1
1. Ciclo de Vida e Delinquência	1
2. Fatores de Risco Associados ao Comportamento Delinquente	4
3. Desengajamento Moral	5
4. Desengajamento Moral ao Longo do Ciclo de Vida.....	7
5. Teorias do Ciclo de Vida na Criminologia	10
6. Limitações do Estado da Arte	13
7. Presente Estudo.....	14
II. MÉTODO.....	15
1. Participantes.....	15
2. Instrumentos.....	16
3. Procedimento	17
4. Estratégia Analítica.....	18
III. RESULTADOS.....	19
1. Propriedades Psicométricas da Moral Disengagement Scale (CMD).....	19
1.1. Validade de Constructo: Análise Fatorial Confirmatória	19
1.3. Fiabilidade: Consistência Interna.....	21
1.4. Sensibilidade das Dimensões	21
2. Desengajamento Moral e Traços Antissociais ao Longo do Ciclo de Vida	22
2.1. Comparação Diferentes Faixas Etárias	22
2.2. Diferenças de género.....	23
IV. DISCUSSÃO	25
1. Propriedades Psicométricas da Civic Moral Disengagement Scale (CMD).....	25
2. Evolução do Desengajamento Moral no Ciclo de Vida.....	27
3. Limitações e Estudos Futuros	33
4. Recomendações Clínicas e Sociais	35
5. Considerações Finais	36
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
VI. ANEXOS	45
Anexo I - Consentimento Informado	45
Anexo II – Questionário Sociodemográfico	46
Anexo III – Escala Civic Moral Disengagement	47
Anexo IV – Escala AS Spectrum.....	49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Dados Sociodemográficos	15
Tabela 2- Índices de ajustamento da escala original e da escala alterada.....	20
Tabela 3- Correlações de Pearson entre a CMD e a AS Spectrum	21
Tabela 4- Consistência interna: Alpha de Cronbach e Ômega de McDonald	21
Tabela 5- Sensibilidade das dimensões.....	22
Tabela 6- ANOVA one way para comparação entre grupos	22
Tabela 7- Comparações múltiplas entre os diferentes grupos.....	23
Tabela 8- Teste de amostras independentes	24

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Análise Fatorial Confirmatória de um fator	20
Figura 2- Nível médio de desengajamento moral nas diversas faixas etárias	23
Figura 3- Diferenças nos níveis médios de desengajamento moral entre ambos os sexos	24

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Ciclo de Vida e Delinquência

A evolução do comportamento delinquente é, cada vez mais, um tema de extrema pertinência, o qual precisa de ser ainda mais estudado e ao qual se deve dar cada vez mais relevância. A delinquência é definida por Hirschi (2017) como a prática de atos que violam as normas legais e resultam, posteriormente, numa punição. Por sua vez, a delinquência juvenil está relacionada com a prática destes mesmos atos por jovens menores de idade, geralmente entre os 12 e os 18 anos (Farrington, 2005; Burfeind & Bartusch, 2015). Contudo, não é a prática de um ato delinquente que define se a pessoa tem uma carreira criminal relevante, sendo que o foco deve ser direcionado não apenas para o ato isolado, mas sim para um padrão repetitivo deste tipo de comportamento (Burfeind & Bartusch, 2015; Hirschi, 2017). Daí que seja importante aprofundar os conhecimentos relativos à evolução e frequência deste tipo de conduta ao longo das várias fases da vida.

Segundo Le Blanc (2009) e Farrington (2017), o estudo da delinquência ao longo do ciclo de vida é bastante importante e tem como objetivo principal perceber e explicar o comportamento delinquente ao longo das várias fases da vida, tendo em conta a continuidade e mudança individual. De acordo com Thornberry (2018), as teorias de ciclo de vida contribuem bastante para a área da criminologia na medida em que têm em conta todos os estádios de desenvolvimento, investigando cada faixa etária de forma pormenorizada com o objetivo de perceber quais as mudanças comportamentais que ocorrem ao longo do tempo. Contudo, nem todas as teorias têm em conta uma perspetiva desenvolvimental e de ciclo de vida. As mesmas acabam por não ter em conta aspetos fulcrais como a idade de início de carreira e a duração da mesma, ou seja, não têm em atenção fatores como a evolução desta conduta em termos de gravidade e frequência com que estes comportamentos ocorrem, o que constitui um grande entrave na investigação criminológica (Thornberry, 2018). De acordo com Sampson e Laub (1992), a área da criminologia negligenciou a ligação existente entre os comportamentos antissociais que surgem na infância e as consequências que os mesmos vão ter na idade adulta, focando-se mais na fase da infância e da adolescência. Embora o estudo do ciclo de vida não tenha sido muito privilegiado nesta área, não deixa de ser importante frisar a sua relevância a todos os níveis, tal como não deixa de ser pertinente alertar para uma contínua investigação das alterações e evolução do mesmo.

O estudo dos Glueck (Glueck & Glueck, 1950) é considerado o estudo longitudinal mais longo e completo na área da criminologia (Sampson & Laub, 2003). O mesmo acompanhou indivíduos durante 35 anos, começando na infância. Durante esse período de tempo, os Glueck concluíram que maior parte dos indivíduos que constituíam a amostra tinham antecedentes de conduta antissocial grave (Sampson & Laub, 2003). Mais tarde, Sampson e Laub (2003) realizaram um *follow-up* desse mesmo estudo até aos 70 anos de idade, sendo que os participantes foram acompanhados dos 7 até aos 70 anos, mais concretamente, os mesmos foram seguidos durante praticamente todo o seu ciclo de vida. Neste estudo foi observado que o maior número de detenções, ou seja, o pico da atividade criminal deu-se entre adolescência e o início da fase adulta, mais precisamente, entre os 17 e os 24 anos (84%). Após esse pico, foi notório um declínio significativo do número de crimes ao longo da idade adulta, verificando-se entre os 25 e os 31 anos um decréscimo das detenções para 65%, entre os 32 e os 39 diminuíram para 60%, entre os 40 e os 49 desceram para 44%, na faixa etária dos 50 aos 59 registaram-se 23% das detenções e, por fim, entre os 60 e os 69 a atividade criminal correspondia apenas a 12%. Relativamente à duração média de carreira criminal, os valores apontaram para 25.6 anos e a idade média de desistência era aos 37.5 anos. De acordo com este estudo, há então uma diminuição da atividade criminal com o avançar da idade, mais especificamente, ao longo da idade adulta, sendo que a mesma diminuía após um pico na adolescência (Sampson & Laub, 2003).

O *Cambridge Study in Delinquent Development* (Farrington et al., 2013), é outro estudo longitudinal com bastante relevância na área da criminologia. O mesmo acompanhou indivíduos dos 8 aos 56 anos, também com o objetivo de perceber a evolução do comportamento delinvente. Os resultados do mesmo apontaram igualmente para uma acentuação do número de crimes aos 17 anos e para um posterior declínio do mesmo ao longo da idade adulta. Farrington (2003), sugere que uma melhoria nas condições de vida pode aumentar a probabilidade desistência da atividade criminal, podendo esta diminuição estar relacionada com esse tipo de mudanças. Contudo, ainda que a idade média de desistência da atividade criminal aponte para os 30 anos e a duração média de carreira criminal seja de aproximadamente 10 anos, a estabilidade destes comportamentos entre os 18 e os 32 anos pode sugerir que indivíduos que iniciem este tipo de comportamentos numa idade mais precoce e que são condenados, tenham uma maior tendência para persistir no crime, o que pode resultar numa carreira criminal mais duradoura (Farrington, 2003; Farrington et al., 2013).

Ainda dentro dos estudos longitudinais, pode destacar-se o *Pittsburgh Youth Study*, (Jennings et al., 2015) que seguiu jovens até aos 30 anos de idade. A amostra deste estudo estava dividida em dois grupos, sendo que um era constituído por crianças que frequentavam o primeiro ano de escolaridade e o outro por crianças que frequentavam o sétimo ano. Relativamente ao grupo mais novo observou-se um aumento do número de crimes na adolescência, mais concretamente aos 19 anos, e um declínio a partir dos 20 anos até atingir um ponto mais baixo aos 30 anos. No grupo mais velho o pico deu-se mais precocemente, ou seja, aos 16 anos e posteriormente houve também um declínio. Embora os resultados tenham diferido ligeiramente de um grupo para o outro, os mesmos revelam um aumento do número de crimes na adolescência e uma posterior tendência para a regressão do mesmo até aos 30 anos, sendo que a carreira criminal dos participantes podia durar, em média, entre 4 a 6 anos. Todavia, a amostra deste estudo não inclui participantes com uma diversidade tão grande como os anteriores.

Por fim, uma investigação mais recente (Monahan et al., 2017) estudou as possíveis trajetórias do comportamento antissocial e tentou perceber de que maneira aspetos como o controlo de impulsos, a supressão da agressão, a consideração pelos outros, a responsabilidade e a resistência à influência de pares distingue os jovens que persistem no crime daqueles que não persistem. De acordo com os resultados desta investigação foram identificadas cinco trajetórias para o comportamento antissocial, sendo que existem: (1) indivíduos que apresentam níveis baixos de comportamento antissocial de forma constante; (2) indivíduos que apresentam níveis moderados constantes; (3) outros que demonstram níveis mais elevados na adolescência seguidos por uma queda significativa ao longo da idade adulta; (4) indivíduos que a meio da adolescência atingem o pico destes comportamentos, no entanto, o mesmo diminui após esta fase; (5) por fim, existem casos em que os níveis são elevados na adolescência e persistem na idade adulta. Em suma, este estudo conclui que aspetos como o controlo dos impulsos e a supressão da agressão estão associados à desistência deste tipo de comportamentos durante a transição da adolescência para a idade adulta. Para além destes fatores, também o desenvolvimento psicossocial nesta fase da vida está relacionado com a desistência destes comportamentos. De acordo com este estudo, apenas 6% da amostra é considerada persistente na atividade criminal, sendo que mesmo os casos mais preocupantes podem acabar por não persistir.

2. Fatores de Risco Associados ao Comportamento Delincente

Existem determinados fatores que podem facilitar o envolvimento em situações e comportamentos delinquentes. Os mesmos são denominados fatores de risco, uma vez que são preditores de uma maior probabilidade de um indivíduo poder vir a cometer um crime, ou seja, os mesmos facilitam o envolvimento em atividade criminal, o que, conseqüentemente, torna mais difícil a desistência do crime e desse tipo de comportamentos (Murray & Farrington, 2010; Basto-Pereira & Farrington, 2018; Baptista & Neto, 2019). Assim, o estudo dos mesmos é crucial para a compreensão da origem do comportamento delincente e possível evolução. São vários os fatores de risco e formas de interação social que são responsáveis e facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento do comportamento delincente na infância e na adolescência. Murray e Farrington (2010) examinaram os fatores de risco associados a este tipo de conduta entre os 10 e os 17 anos, tendo agrupado os mesmos em três níveis, destacando fatores de risco a nível individual, a nível familiar e a nível social.

Traços individuais como a impulsividade, a falta de empatia, a ausência de culpa, a insensibilidade relativamente às emoções e para com o outro e uma cognição antissocial (valores e crenças que, de certa forma, justificam o envolvimento em atividade criminal) são considerados alguns dos fatores de risco individuais para o envolvimento em comportamentos delinquentes e são traços característicos de um padrão antissocial (Larsson et al., 2008; Andrews & Bonta, 2010; Murray & Farrington, 2010).

De acordo com Larsson et al. (2008), altos níveis de comportamento delincente e antissocial nas crianças estão relacionados problemas no contexto familiar. Um seio familiar desestruturado no qual dominam os conflitos, o abuso infantil, uma fraca supervisão parental ou um tipo de educação bastante autoritária e severa pode fazer com que as crianças desenvolvam comportamentos mais problemáticos. Estas falhas na supervisão parental vão, posteriormente, conduzir a outro fator de risco, denominado desengajamento moral (Bandura et al., 1996; Ferriz-Romeral et al., 2019). Uma vez que a família é o primeiro meio com o qual a criança tem contacto, é neste contexto que a mesma se vai começar a desenvolver e é através dos pais que vai começar a interiorizar os valores morais que os mesmos que lhe vão transmitindo (Qi, 2019; Hinde, 2005). No entanto, práticas parentais mais fracas vão levar a uma exposição da criança a comportamentos menos adequados e prejudiciais, uma vez que os pais não clarificam as normas morais perante os filhos (Campaert et al., 2018). Tal agrava-se caso os pais tenham uma conduta antissocial, sendo que existe uma tendência para os filhos desenvolverem também essa mesma conduta (Murray & Farrington, 2010; Larsson et al.,

2008). A supervisão parental e a educação são os primeiros processos de socialização com os quais a criança tem contacto e vão conduzir ao engajamento moral, no entanto, se estas capacidades parentais forem débeis vão fazer com que as crianças percebam o comportamento problemático como tendo justificação, não interiorizando os padrões morais de forma correta (Campaert et al., 2018).

Fatores sociais como as dificuldades socioeconómicas, têm também um importante impacto no desenvolvimento do comportamento delinvente, uma vez que maior parte destes jovens é proveniente de famílias desfavorecidas (Murray & Farrington, 2010). A origem da delinquência numa idade tão precoce pode ainda estar relacionada com o contexto escolar na medida em que pode existir um baixo desempenho da criança a este nível. Ainda neste âmbito, devido ao facto de nesta fase da vida as relações entre pares serem algo privilegiado, pode considerar-se que a aproximação e a relação entre pares que apresentem comportamento delinvente pode também ser uma influência negativa a este respeito (Sampson e Laub, 2003; Farrington, 2005).

Todos estes fatores estão relacionados uns com os outros e todos eles estão também associados ao desengajamento moral, ou seja, à quebra das normas morais. Tanto a fraca supervisão parental como as relações problemáticas entre pares, vão conduzir ao desenvolvimento de comportamentos delinquentes que, por sua vez, estão interligados com o desengajamento moral e a violação de normas éticas.

3. Desengajamento Moral

Desde cedo que nos são impostos padrões morais com os quais vivemos e que têm como principal função regular as nossas atitudes, pensamentos, comportamentos e reprimir a nossa conduta quando necessário, ou seja, são estes padrões que vão guiar ou impedir atitudes que possam ser percecionadas como censuráveis. Para Bandura (1999), cada indivíduo age de acordo com a sua conduta e avalia a mesma consoante os seus padrões morais, denominando este processo de processo de autorregulação. De acordo com o mesmo, agir de acordo com os nossos padrões morais tem uma função inibitiva, no sentido em que o ser humano age de acordo com a sua conduta sem desrespeitar a mesma, e também uma função proativa na medida em que as pessoas lutam sempre pelos seus valores, mesmo que tal tenha implicações na sua vida pessoal. Segundo a Teoria Social Cognitiva de Bandura (1991, 1999), os processos de autorregulação e controlo não atuam sozinhos, sendo que precisam de ser ativados.

Todavia os padrões morais não funcionam sempre como um regulador do próprio comportamento e pensamento. O desengajamento moral é uma forma de desvincular as autossanções de uma conduta humana que poderia ser considerada censurável (Bandura, 2011). O desengajamento moral consiste na quebra dos valores morais através de mecanismos que permitem ao indivíduo envolver-se em comportamentos que vão contra aos seus princípios sem que este sinta qualquer tipo de remorso (DeLisi et al., 2014). Assim, mesmo que a atitude tenha consequências negativas para o outro, tal não vai ser tido em conta devido ao facto de o sujeito não sentir culpa ou angústia pelas ações que pratica.

De acordo com Bandura et al. (1996), o desengajamento moral pode ser explicado a partir de 8 diferentes mecanismos que facilitam o envolvimento em comportamentos menos éticos, sem que sinta culpa por transgredir as normas impostas pela sociedade e pelos próprios valores morais. A função destes mecanismos é quebrar a ligação entre os padrões morais e a forma como interpretamos os mesmos (Moore, 2015). Entre eles encontram-se, nomeadamente, a justificação moral, a minimização das consequências, difusão da responsabilidade, comparação vantajosa, deslocamento da responsabilidade, linguagem eufemística, desumanização e a atribuição da culpa. Todos eles desresponsabilizam atitudes contrárias aos princípios morais e permitem a aceitação de um comportamento menos ético e o alívio do sofrimento que advém da quebra desses mesmos padrões (Bandura, 1999; Moore, 2015). O envolvimento neste tipo de conduta só acontece quando o indivíduo encontra formas de justificar a si próprio essa mesma conduta, através da transformação das atitudes menos corretas em atitudes que vão de encontro aos seus princípios morais (Bandura et al., 1996).

Este processo pode ser considerado como uma forma de perceber a agressão e a violência como meios apropriados para atingir os seus fins (Paciello et al., 2008). O recurso repetido ao desengajamento moral gera habituação, o que, por sua vez, facilita o envolvimento em comportamentos agressivos. Consequentemente, este uso repetido do mesmo resulta também numa ausência de culpa pelas ações praticadas e consequências das mesmas, na diminuição da dimensão das emoções culpabilizadoras e na redução na pró-socialidade e da empatia. Estes mecanismos diminuem a responsabilidade das ações praticadas e facilitam o envolvimento em condutas antissociais (Bandura et al., 1996). De acordo com Sijtsema et al. (2019), padrões cognitivos que envolvam raciocínio e justificação moral podem estar relacionados com o comportamento antissocial. O seu uso recorrente vai fazer com que este tipo de comportamentos ocorra com cada vez mais regularidade, estando a conduta antissocial associada a um aumento dos níveis de desengajamento moral.

Existe um número reduzido de instrumentos que avalia este construto, entre eles podemos destacar a *Moral Disengagement Scale* (MDS) (Bandura et al., 1996) e a *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD) (Caprara et al., 2009). O primeiro consiste em avaliar os níveis de desengajamento moral num contexto de condutas agressivas e violentas (Bandura et al., 1996), enquanto a CMD surgiu com foco mais direcionado para o desengajamento moral cívico, ou seja, tem como objetivo avaliar a tendência que cada indivíduo tem para recorrer ao desengajamento moral em ações do quotidiano (Caprara et al., 2006, 2009). Ambos os instrumentos podem ser considerados como escalas com boas propriedades psicométricas nos contextos em que foram testadas (Bandura et al., 1996; Caprara et al., 2009), no entanto, nenhum destes instrumentos foi validado para a população portuguesa. Sendo o desengajamento moral um preditor fiável do comportamento delinvente e bastante próximo do pensamento antissocial é muito importante que se possa compreender de que forma é que este atua, como evolui ao longo do ciclo de vida e como pode regredir. Assim, uma vez que se consiga atuar sobre o desengajamento moral de forma a diminuir o mesmo, pode atuar-se também no domínio das distorções cognitivas e, conseqüentemente, no comportamento delinvente, de forma a reduzir este tipo de comportamentos.

4. Desengajamento Moral ao Longo do Ciclo de Vida

O desengajamento moral influencia as trajetórias pelas quais cada indivíduo envereda e, conseqüentemente, influencia o rumo da vida dos mesmos (Bandura et al., 1996). São vários os estudos que, nas últimas décadas, se dedicaram a perceber qual a influência do mesmo no desenvolvimento do comportamento delinvente e como é que este evolui ao longo do ciclo de vida. (e.g. Paciello et al., 2008; Hyde, et al., 2010). Hyde et al. (2010) realizaram um estudo com o objetivo de perceber qual o papel do desengajamento moral no desenvolvimento do comportamento antissocial. O mesmo acompanhou indivíduos desde um ano e meio de idade até aos seus 17 anos. De acordo com os resultados do mesmo é claro que a exposição, a tolerância e a repetição de comportamentos menos éticos em crianças vai fazer com que as mesmas desrespeitem as normas e pode fazer com que adquiram este padrão comportamental e estes valores a longo prazo. É provável que quem cresce em ambientes não muito saudáveis desenvolva padrões morais menos éticos que levam ao desengajamento moral e que fazem com que não existam limites e punições pelas ações praticadas, sendo o seio familiar um fator determinante neste âmbito. Segundo os autores deste estudo, existe um relação indireta entre o desengajamento moral e a conduta antissocial.

Alguns investigadores focaram-se em perceber qual é o papel do desengajamento moral na relação entre a empatia e a agressão, sendo que o mesmo exerce tanto o papel de mediador como de moderador. Mais especificamente, o desengajamento moral é um mediador desta relação, uma vez que, baixos níveis de empatia estão significativamente relacionados com a agressão, ou seja, jovens delinquentes com baixos níveis de empatia apresentam uma maior facilidade em recorrer ao desengajamento moral e, por sua vez, a comportamentos agressivos. Para além deste papel, o desengajamento moral apresenta também a função de moderador, uma vez que altos níveis do mesmo enfraquecem a relação entre empatia e agressão (Wang et al., 2017).

Mais recentemente, Risser e Eckert (2016), tentaram perceber a relação existente entre comportamento antissocial, desengajamento moral e traços psicopáticos afetivos, tendo concluído que os participantes que se mostraram desprovidos de emoção, ausência de culpa, remorsos e sensibilidade têm uma grande tendência para agir de forma menos ética, ou seja, têm maior propensão a recorrer a comportamentos moralmente desviantes. Estes traços, característicos do comportamento antissocial, estão relacionados com o desengajamento moral e com práticas criminosas.

Muitos dos estudos nesta área estão relacionados com o *bullying*, com a rejeição por parte dos pares e com a agressão durante a adolescência, considerando o desengajamento moral como um preditor deste tipo de comportamentos. De acordo com os resultados dos mesmos, o desengajamento moral medeia a relação entre a rejeição dos pares e agressão na adolescência e o envolvimento criminal na idade adulta. Devido ao facto de estes jovens terem sido socialmente rejeitados numa fase tão importante como a adolescência é provável que os mesmos passem a ver a vida como injusta e com alguma revolta, o que facilita o envolvimento em comportamentos e atitudes antissociais que levam, mais tarde, ao envolvimento criminal (Obermann, 2011; Thorneberg et al., 2019; Wang et al., 2017).

Relativamente à evolução do desengajamento moral ao longo do ciclo de vida, Paciello et al. (2008), realizaram um estudo que visava perceber a estabilidade e as alterações do desengajamento moral numa amostra de jovens entre os 14 e os 20 anos. Os resultados deste estudo apontam para um maior engajamento moral até aos 20 anos em grande parte da amostra (89%), podendo o mesmo ser explicado pelas mudanças da fase da vida que os jovens atravessam, pela aquisição de novas competências de adaptação e por alterações nos processos cognitivos e sociais (Bandura, 1991; Paciello et al., 2008). No entanto, uma pequena parte da amostra, considerada persistente ou crónica, demonstrou níveis estáveis de desengajamento

moral que estavam associados a níveis elevados de agressividade. De acordo com os autores, adolescentes que mantêm níveis mais elevados de desengajamento moral têm mais propensão para apresentarem comportamentos violentos e agressivos no final da adolescência. Algo que também se verificou é que até aos 14 anos os padrões morais não eram transgredidos com tanta facilidade, no entanto, a partir dessa idade os mesmos deixavam de estar tão presentes, sendo que o recurso mais frequente ao desengajamento moral aliviava os sentimentos de culpa e alterava, de certa forma, os padrões morais. Em suma, de acordo com este estudo, os níveis de desengajamento moral têm tendência para diminuir até ao final da adolescência, no entanto, comportamentos agressivos e violentos podem indicar uma maior probabilidade de recorrer com frequência ao desengajamento moral ao longo do tempo (Paciello et al., 2008). Tendo em conta que este estudo é constituído por uma amostra que abrange apenas idades entre os 14 e os 20 anos, não é possível saber como evolui o desengajamento moral ao longo da idade adulta.

Também Shulman et al. (2011), examinaram a relação entre desengajamento moral e prática contínua de crimes numa amostra de adolescentes do sexo masculino que já tivessem praticado atos criminosos entre os 14 e os 17 anos. De acordo com os resultados deste estudo, existe um declínio nos níveis de desengajamento moral, estando o mesmo associado a uma diminuição dos comportamentos antissociais e delinquentes e, conseqüentemente, a uma diminuição da probabilidade de praticar um crime. Contudo, contrariamente ao estudo de Paciello et al. (2008), Shulman et al. (2011), não atribuíram a causa do declínio dos níveis de desengajamento moral ao avanço da idade, defendendo que não é a fase de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra que vai explicar estas mudanças.

Ainda na mesma linha, Cardwell et al. (2015) investigaram a relação entre desengajamento moral e a prática de crimes através dos dados obtidos no *Pathways to Desistance Study*. A amostra integrava jovens menores de 18 anos que tivessem cometido um crime grave e os mesmos foram acompanhados durante 7 anos. Os autores observaram três padrões de desengajamento moral, elevado, moderado e baixo, sendo que quem recorre mais ao desengajamento moral tem tendência para ser mais agressivo e para se envolver em comportamentos criminais. Cardwell et al. (2015) sugerem que embora sejam observáveis várias trajetórias, existe uma tendência para as mesmas reduzirem os seus níveis de desengajamento moral ao longo do tempo. Esta redução pode estar associada a um processo de amadurecimento que se dá à medida que a idade avança, podendo-se este relacionar com o facto de a idade poder explicar mudanças no crime (Sweeten et al. 2013). Também Caroli e Sagone (2014) realizaram um estudo com uma amostra de adolescentes e jovens adultos, através do

qual concluíram, tal como os estudos anteriormente mencionados, que a idade está relacionada com a diminuição dos níveis de desengajamento moral.

As diferenças entre o sexo masculino e feminino são também um aspeto bastante abordado nas investigações que envolvem o desengajamento moral, nomeadamente, o facto de o sexo masculino manifestar níveis de desengajamento moral mais elevados em comparação ao sexo feminino (Paciello et al., 2008; Obermann, 2011; Caroli e Sagone, 2014). Embora nos primeiros anos de vida essa diferenciação não seja clara, com o passar do tempo começa a tornar-se visível (Bandura et al., 1996). Grande parte dos estudos revela uma maior tendência para o sexo masculino apresentar níveis de desengajamento moral mais elevados, comparativamente com o sexo feminino, contudo, são reduzidas as investigações que tentam encontrar uma origem para estas diferenças. Obermann et al. (2011) sugere que as raparigas recorrem a formas de agressão mais indiretas como, por exemplo, a manipulação social, o que por vezes, não é facilmente considerado com uma violação das normas éticas, enquanto os rapazes se envolvem com mais frequência em formas de agressão física. Outro fator que, de acordo com o mesmo, pode explicar as diferenças de género é o facto de os rapazes não se deixarem afetar pela deseabilidade social da mesma forma que as raparigas e tal pode explicar a transgressão e o desrespeito pelas normas éticas (Obermann, 2011; Caprara, 2006). Todavia, seria bastante importante que, no futuro, se aprofundasse de forma mais detalhada a origem destas diferenças, uma vez que é um tema pouco abordado e explorado na literatura.

São vários os estudos que observaram este declínio do desengajamento moral no final da adolescência e que associaram o mesmo às mudanças e transições características desta fase, o que coincide com os resultados dos estudos anteriormente referidos acerca do comportamento criminal, onde também se observa um declínio da atividade criminal ao longo desta mesma fase.

5. Teorias do Ciclo de Vida na Criminologia

A infância foi sempre bastante privilegiada na área da criminologia e da psicologia forense na medida em que maior parte dos estudos se focava nesta faixa etária. Segundo alguns autores, as experiências e acontecimentos da infância são preditores do comportamento antissocial (e.g. Moffitt, 1993), no entanto algumas perspetivas tinham visões diferentes no que a este tema diz respeito (Sampson & Laub, 1990, 2003, 2005). Sampson e Laub (1990, 2003, 2005) fizeram um vasto trabalho de investigação nesta área ao longo de vários anos, podendo o mesmo ser considerado como o mais completo no âmbito da evolução do comportamento

delinquente no ciclo de vida. Os mesmos sugeriram que, ainda que a fase da infância fosse bastante importante, os acontecimentos e mudanças que poderiam acontecer ao longo da idade adulta tinham também uma grande relevância por deterem o poder de redirecionar trajetórias. Esses mesmos eventos e mudanças podem provocar alterações negativas ou positivas no comportamento criminal, como por exemplo, a desistência ou a persistência no crime. O comportamento desviante na infância pode estar relacionado com o comportamento criminal na idade adulta, no entanto, não se deve inferir que os comportamentos manifestados em idade mais precoce por uma criança definem ou traçam, de forma definitiva, o seu padrão de comportamento ao longo da vida (Sampson & Laub, 2005).

Sampson e Laub (1990, 2003) sugerem que a mudança é possível ao longo da vida e que esta se deve, em grande parte, aos laços que são criados com a sociedade. O ser humano está em constante evolução, sendo que existem determinados acontecimentos e mudanças que marcam e redirecionam a vida do mesmo, como por exemplo, o matrimônio, a constituição de família e a entrada no mercado de trabalho. Estas trajetórias são constituídas por transições que marcam a evolução de cada um e que fazem com que os comportamentos se alterem (Sampson & Laub, 2003). Os laços sociais que se criam podem ser explicativos das mudanças na trajetória criminal, algo que os acontecimentos na infância, por si só, não conseguem explicar, o que é contraditório à teoria de Moffitt (1993, 2006). Estabilidade no emprego e no casamento, por exemplo, está significativamente relacionada com alterações do comportamento na vida adulta, mais concretamente, com a diminuição dos comportamentos antissociais e com a desistência do crime (Sampson & Laub, 2005). Quanto mais fortes esses laços sociais forem, menos propensão há para cometer um crime (Sampson & Laub, 2005). De acordo com Sampson e Laub (2017) até mesmo criminosos persistentes desistem do crime à medida que vão envelhecendo. A desistência é, assim, vista como um processo que está ativo durante toda a vida, sendo que a idade ou as características da infância não constituem os únicos fatores relevantes, daí que seja importante perceber a interação e mudanças ao longo das várias fases da vida, “*O processo de desistência é mais do que envelhecer e mais do que predisposição individual*” (Sampson & Laub, 2017, p.171). Ainda no âmbito do processo de desistência do crime do crime, considera-se fulcral a capacidade de agir e de escolha que todos os indivíduos possuem.

Contrariamente a Sampson e Laub (1990, 2003), Moffitt (1993, 2006), apresenta uma perspectiva bastante diferente da anteriormente abordada, sugerindo que os comportamentos e experiências adversas da infância são preditores fiáveis do comportamento antissocial. Nesta

linha, a autora define dois grupos de trajetórias delinquentes que diferem entre si: delinquência limitada à adolescência e delinquência persistente ao longo da vida. A delinquência limitada à adolescência, como o nome indica, refere-se à manifestação de uma conduta antissocial no período da adolescência e deve-se, em parte, a um “*gap* de maturidade”. Moffitt (2003, 2006) sugere que este tipo de comportamentos surge, precisamente, na fase pubertária devido ao facto de existir ainda um défice de maturidade, característico do próprio desenvolvimento e da idade, que diverge da ambição de uma maior autonomia por parte do jovem. Tal vai conduzir ao envolvimento em comportamentos antissociais como forma de demonstrar às figuras parentais alguma autonomia e como forma de conquistar os pares, normalmente com comportamento antissocial. Todavia, Moffitt (1993, 2006) considera este tipo de conduta normativo, uma vez que estes jovens continuam a possuir fortes competências cognitivas e relacionais que lhes concedem uma forte capacidade de adaptação e mudança, que os leva a desistir do comportamento antissocial. Contrariamente, o grupo persistente ao longo da vida, exhibe um padrão comportamental antissocial ao longo do tempo, tendo o mesmo início na infância. De acordo com Moffitt (1993, 2006) a origem deste tipo de conduta é atribuído a variações neuropsicologias que se manifestam através de défice cognitivo, temperamento difícil e hiperatividade e combinação das mesmas com experiências de adversidade na infância, parentalidade desadequada e exposição precoce a ambientes criminógenos.

Por sua vez, Farrington (2005) sugere uma outra perspetiva quando apresenta a Teoria do Potencial Antissocial Cognitivo Integrado. De acordo com esta teoria, o potencial refere-se à propensão que um indivíduo tem para agir e se envolver em comportamentos antissociais. Este potencial depende de diversos aspetos e pode variar de acordo com a idade. A longo prazo o mesmo depende de fatores individuais como a impulsividade, processos de socialização e certos eventos da vida, como por exemplo, o casamento, que tem uma influência positiva, e a exposição precoce a este tipo de comportamento, que tem uma influência negativa. Por exemplo, um estilo parental autoritário pode desencadear níveis de potencial antissocial mais elevados, tal como uma grande exposição a modelos antissociais, no entanto, um estilo parental que preza a recompensa de comportamentos adequados contribui para um potencial antissocial mais baixo. Por sua vez, o potencial antissocial a curto prazo depende de variações intra-individuais que estão relacionadas com fatores motivacionais e situacionais, como por exemplo, estar aborrecido ou frustrado, e depende também das oportunidades existentes naquele momento para se agir de forma antissocial (Farrington, 2005; Farrington, 2020). Contudo, a passagem do potencial antissocial para a ação depende de um processo de tomada de decisão,

na qual o indivíduo considera os custos (e.g. punição e desaprovação) e os benefícios (e.g. bens materiais) da ação que pondera por em prática. Esse processo de tomada de decisão é facilitado quando o indivíduo em questão é alguém que apresenta dificuldades em satisfazer as suas dificuldades de forma legal. A tomada de decisão vai também depender da interação do indivíduo com o meio (Farrington, 2005).

6. Limitações do Estado da Arte

O desenvolvimento do comportamento criminal era uma área negligenciada pela criminologia há algumas décadas atrás (Sampson & Laub, 1992), no entanto, nos últimos anos foi-se desenvolvendo com o objetivo de perceber essa mesma evolução (e.g. Glueck & Glueck, 1950; Sampson & Laub, 2003; Farrington et al., 2013; Jennings et al., 2015; Monahan et al., 2017). Contudo, para além dos estudos mencionados, são raros os estudos empíricos que apresentam a evolução deste tipo de comportamento como o objetivo principal da investigação. Para além disso, são também raros os estudos longitudinais acerca da evolução do desengajamento moral ao longo da vida. Embora o mesmo seja bastante referido entre os fatores de risco para o comportamento delincente, são poucas as investigações que fazem uma análise da evolução do desengajamento moral tendo em conta diferentes fases da vida (e.g. Paciello et al. 2008; Shulman et al., 2011; Cardwell et al. 2015).

O estudo da evolução deste tipo de comportamento exige uma investigação aprofundada de cada faixa etária, contudo, grande parte dos estudos não teve em consideração a relevância que cada fase da vida tem no desenvolvimento de cada indivíduo. Parte dos estudos empíricos existentes focam-se bastante no período da adolescência (e.g. Paciello et al., 2008; Hyde et al., 2010; Shulman et al., 2011), o que torna difícil perceber a evolução do desengajamento moral e do comportamento delincente ao longo da vida, uma vez que não são consideradas todas as faixas etárias. Para além de alguns dos estudos neste âmbito não terem em conta todas as fases da vida, são ainda mais raros os estudos que incluem na sua amostra indivíduos com mais de 60 anos. Além disso, grande parte das investigações acerca da evolução do comportamento delincente não tem em conta as diferenças de género. No âmbito do desengajamento moral são alguns os estudos que dão atenção às mesmas (e.g. Paciello et al., 2008; Obermann, 2011; Caroli e Sagone, 2014) mas, ainda assim, é importante que as diferenças de género sejam examinadas de forma mais detalhada.

7. Presente Estudo

São várias as perspectivas teóricas e os estudos que, embora um pouco divergentes umas das outras, sustentam que ao longo do ciclo de vida há uma evolução decrescente na atividade criminal na maioria dos indivíduos, ainda que a mesma possa ser contrária em alguns casos (e.g. Moffitt, 1993; Sampson e Laub, 2003; Farrington et al., 2013; Jennings et al., 2015; Thornberry, 2018). Assim sendo, a relação idade-crime é considerada bastante importante na psicologia criminal e criminologia desenvolvimental e do curso de vida, uma vez que afeta o comportamento criminal (e.g. Thornberry, 2018). Tendo em conta os diversos fatores de risco para o comportamento delinvente, destacam-se bastantes estudos que, não só reforçam a importância do desengajamento moral no comportamento delinvente, como sugerem uma diminuição do mesmo com o avançar a idade (e.g. Paciello et al., 2008; Cardwell et al., 2015). Contudo, grande parte dos estudos realizados neste âmbito não aprofundam o desenvolvimento ao longo de cada faixa etária de forma a fazer uma comparação entre as mesmas. A presente investigação surge neste sentido e tem como objetivo principal perceber a evolução do desengajamento moral ao longo das diversas fases da vida, mais concretamente, final da adolescência, início da idade adulta, meia idade e terceira idade, e perceber se a mesma acompanha a evolução do comportamento criminal, amplamente estudada na curva idade-crime. Relativamente ao objetivo secundário, o mesmo consiste em explorar as propriedades psicométricas da *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD) (Caprara et al., 2009) numa amostra portuguesa, instrumento que será utilizado neste estudo.

Assim, tendo em conta o objetivo principal da presente investigação propõem-se as seguintes hipóteses: 1) Existem diferenças entre os níveis de desengajamento moral nas diferentes faixas etárias; 2) Existe uma diminuição dos níveis de desengajamento moral à medida que a idade aumenta, coincidindo a mesma com a diminuição do comportamento delinvente, já estudada na literatura científica; 3) Existem diferenças entre o sexo feminino e masculino, sendo que os homens apresentam níveis mais elevados de desengajamento moral, do que as mulheres.

II. MÉTODO

1. Participantes

A presente investigação é constituída por uma amostra de 598 indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 89 anos ($M= 41.51$; $DP= 18.65$). A mesma inclui participantes de ambos os sexos, sendo que 251 (41,97%) são do sexo masculino e 347 (58,03%) são do sexo feminino. Estas informações e outros dados sociodemográficos encontram-se na Tabela 1.

A recolha da amostra foi realizada em locais de trabalho, escolas e universidades portuguesas, sendo que parte da mesma terá sido iniciada em anos anteriores. Uma vez que a recolha anterior não incluía muitos indivíduos com idade superior a 60 anos e os mesmos seriam necessários para concluir o objetivo da presente investigação, um dos critérios de exclusão foi a questão da idade, sendo que seriam excluídos participantes com idade inferior a 60 anos. Para além deste critério, foram também tidas em conta questões como a ausência de habilitações literárias, uma vez que indivíduos com uma idade mais avançada poderiam ter uma dificuldade acrescida proveniente de algum tipo de incompreensão relacionada com a língua portuguesa ou até mesmo com a idade, prejudicando assim o desempenho dos participantes.

Tabela 1

Dados Sociodemográficos

		Amostra Total (n = 598)	
		M	DP
Idade		42.51	18.65
Escolaridade		12.04	4.12
		n	%
Sexo	Masculino	251	41.97 %
	Feminino	347	58.03 %
Grupo Minoritário	Não	585	97.83 %
	Sim	13	2.17 %
Estado Civil	Solteiro	242	40.47 %
	União de Facto	57	9.53 %
	Casado	236	39.46 %
	Divorciado	38	6.35 %
Faixas Etárias	Viúvo	25	4.18 %
	18-22	86	14.38 %
	23-40	209	34.95 %
	41-64	216	36.12 %
	65-89	87	14.55 %

2. Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

Este questionário foi aplicado com o objetivo de obter informações sobre alguns dados dos participantes como o gênero, a idade, habilitações literárias, profissão e algumas questões mais específicas como, por exemplo, o número de filhos, problemas de saúde mental que possam existir e se já tiveram algum envolvimento a nível criminal.

Antisocial Spectrum (AS Spectrum; Ramos, Castro & Basto-Pereira, 2019)

A *AS Spectrum* é uma escala atualmente composta por 8 itens que avaliam traços característicos da Perturbação Antissocial da Personalidade, mais concretamente, avaliam a maneira de pensar ou agir habitualmente no quotidiano, desde os 15 anos (adolescência). Os itens que constituem a mesma avaliam duas dimensões diferentes: Desvalorização de Lei e Normas e Comportamento Confrontativo/ Violento. As respostas variam numa escala tipo *Likert* de 4 pontos, na qual 1=discordo totalmente e 4= concordo totalmente. De acordo com Ramos (2020), este instrumento possui boas propriedades psicométricas, demonstrando também uma consistência interna adequada, nomeadamente, $\alpha = .76$ para a escala total, $\alpha = .75$ para a dimensão Desvalorização de Lei e Normas e $\alpha = .66$ para a dimensão Confrontativo/ Violento.

Civic Moral Disengagement (Caprara, et al., 2009)

A *Civic Moral Disengagement (CMD)* é uma escala composta inicialmente por 40 itens (Caprara et al., 2006), no entanto, devido ao facto de apresentar propriedades psicométricas fracas foram retirados 8 itens, sendo atualmente constituída por 32 (Sagone & Caroli, 2014), apresentando um Alfa de Cronbach de .92, demonstrando propriedades psicométricas adequadas (Caprara et al., 2009). As respostas variam numa escala de *Likert* de 5 pontos, na qual 1= discordo totalmente, 2= discordo, 3= não discordo nem concordo, 4= concordo e 5= concordo totalmente. O conteúdo dos seus itens é referente a pequenas violações de códigos de ética que podem ocorrer no dia a dia, correspondendo o mesmo aos oito mecanismos de recurso ao desengajamento moral identificados por Bandura et al. (1996): Justificação moral (itens 18, 22, 24, 29), linguagem eufemística (itens 12, 14, 17, 32), comparação vantajosa (itens 4, 21, 23, 27), deslocamento da responsabilidade (itens 1, 5, 20, 26), difusão da responsabilidade (itens 6, 13, 16, 30), minimização/ distorção das consequências (itens 7, 9, 11, 25), atribuição da culpa (itens 3, 10, 25, 19) e desumanização (itens 2, 8, 28, 31). No entanto, embora avalie os oito mecanismos de desengajamento moral, a versão internacional

da escala CMD sugere uma estrutura unidimensional, a qual demonstra boas capacidades psicométricas (Caprara et al., 2009). Faltam, contudo, estudos psicométricos para a população portuguesa.

3. Procedimento

A presente investigação insere-se no projeto de investigação científica “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, que tem como objetivo estudar os fatores de risco e de proteção para o comportamento pró/antissocial, como para a integração social em adultos, tanto da comunidade como da população prisional, o qual possui aprovação da comissão de ética do ISPA.

A primeira fase deste projeto, iniciada há cerca de 2 anos, contou com uma recolha de dados que tinha como objetivo reunir uma amostra de indivíduos com idade superior ou igual a 18 anos. Este processo de recolha foi realizado em locais da comunidade, como estabelecimentos educacionais e locais de trabalho, tendo a mesma reunido 500 participantes. A segunda fase deste projeto foi realizada no âmbito da presente investigação e, uma vez que numa primeira fase a amostra integrava um grande número de jovens adultos, nesta segunda recolha de dados o objetivo foi reunir o maior número possível de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. Tendo em conta o objetivo do presente estudo e a falta de informação relativa a esta faixa etária na literatura, os novos dados recolhidos foram adicionados à base de dados já existente de forma a reunir uma amostra que integrasse as diversas faixas etárias. Tendo em conta a época atípica atravessada aquando do período de recolha, a mesma foi também realizada em diferentes moldes. Assim, devido à situação de pandemia o número de participantes foi menos do que o esperado, tendo sido recolhido um total de 98 protocolos. A recolha foi realizada presencialmente, em alguns casos, e através de videochamada, noutras situações, tendo em conta o dever de recolher obrigatório e afastamento social que foi imposto. Antes da aplicação do protocolo foram explicados os objetivos da investigação, sendo que os participantes foram informados acerca da confidencialidade das respostas e de que podiam recusar participar no estudo ou até mesmo desistir a qualquer momento durante a aplicação do protocolo. No caso dos participantes que aceitaram participar e preencher o protocolo, passou-se ao preenchimento do consentimento informado. O tempo médio de resposta era de 30 minutos, no entanto, o mesmo foi alargado, tendo em conta a idade e a dificuldade que alguns participantes demonstraram na leitura e interpretação de algumas das questões. Durante todo o

processo foi garantida a disponibilidade para esclarecimento de todas as dúvidas que pudessem surgir.

4. Estratégia Analítica

Numa primeira fase foi elaborada uma base de dados com informações relativas a cada participante (dados sociodemográficos) e as respetivas respostas ao protocolo, através do programa *IBM SPSS Statistics* (Versão 27). Relativamente à divisão dos participantes, a mesma foi feita tendo por base a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial de Erickson (1950, 1963). Tendo em conta os diferentes estágios propostos pelo mesmo, os participantes foram divididos por 4 faixas etárias correspondentes ao final da adolescência (18-22), idade adulta (23-40), meia idade (41-64) e terceira idade (65-89).

Numa segunda fase, com o objetivo de explorar as propriedades psicométricas da *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD) (Caprara et al., 2009), foi utilizado o programa *R* (Versão 4.0.5) e o *IBM SPSS* (Versão 27). Com recurso ao primeiro foi possível realizar a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), com recurso ao *R Lavaan Structural Equation Modeling Program* (Rosseel, 2012), que teve como objetivo testar a adequabilidade do modelo à população portuguesa. Desta forma, através do estimador robusto DWLS (*Diagonally Weighted Least Squares*), foram analisados os diversos índices de ajustamento, entre eles, os valores do teste do Qui-Quadrado de ajustamento (χ^2/df), *Robust Comparative Fit Index* (CFI), *Robust Tucker-Lewis Index* (TLI), *Robust Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) e *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR). Para concluir esta fase foi avaliada a consistência interna, a sensibilidade das dimensões e a validade convergente, através do *IBM SPSS Statistics*.

Por fim, com o intuito de perceber as diferenças existentes entre os níveis de desengajamento moral nas diversas faixas etárias foi realizada uma comparação entre as faixas etárias com recurso ao teste *ANOVA One-Way*, tendo sido posteriormente, utilizado o teste *Post-Hoc de Tukey* para analisar de forma detalhada essas mesmas comparações. Contudo a mesma só foi realizada após se verificar o cumprimento dos pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias. Por último foi realizado um teste *t-student* para amostras independentes para examinar as diferenças de género nos níveis de desengajamento moral.

III. RESULTADOS

Os resultados da presente investigação encontram-se divididos em duas partes. A primeira parte dos mesmos corresponde à avaliação das propriedades psicométricas da CMD numa amostra de jovens, adultos e idosos portugueses. Nesta primeira parte são analisados e descritos detalhadamente os resultados da análise fatorial confirmatória, validade convergente, consistência interna e, por fim, a análise da sensibilidade da única dimensão da escala. A segunda parte corresponde à análise dos resultados correspondentes ao objetivo principal da presente investigação, sendo que são comparados os níveis de desengajamento moral entre os 4 grupos etários pré-definidos e são avaliadas as diferenças de género existentes neste âmbito.

1. Propriedades Psicométricas da Civic Moral Disengagement Scale (CMD)

1.1. Validade de Constructo: Análise Fatorial Confirmatória

Foi realizada uma análise fatorial confirmatória (AFC) com o objetivo avaliar as propriedades psicométricas da CMD. Assim, através do recurso à AFC foi possível testar o modelo fatorial, já proposto, da escala. O estimador utilizado para proceder à AFC foi o WLSMV (*Weighted Least Square Mean and Variance Adjusted*), devido ao facto de o mesmo ser altamente robusto e assumir a violação da normalidade, uma vez que se trata de variáveis ordinais. Por sua vez, o estimador WLSMV recorreu ao DWLS (*Diagonally Weighted Least Squares*) para estimar os parâmetros do modelo (Rossel, 2012).

A análise revelou a existência de dois itens com valores de *loading* inferiores ao recomendado ($<.30$) (item 2 e item 10) e, por esse motivo, os mesmos foram retirados, tendo ficado a escala com 30 itens. Após a eliminação destes 2 itens, foram calculados e analisados os índices de ajustamento, incluindo *Chi-Square/ Degrees of Freedom*, *Robust Comparative Fit Index* (CFI), *Robust Tucker-Lewis Index* (TLI), *Robust Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) e, por fim, *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR) (Tabela 2). Considerando os valores de corte para cada um dos índices, $\chi^2 < 5$ é considerado aceitável, sendo que quanto mais perto de 0, mais adequado é o ajustamento. Assim, $\chi^2/df= 3.63$ é considerado um valor aceitável (West et al., 2012). Relativamente ao CFI e ao TLI ambos apresentam um valor de .98 o que indica um excelente ajustamento (Hu & Bentler, 1999; Xia & Wang, 2019). Tal como o valor do χ^2/df , o RMSEA apresenta um valor de 0.06, também considerado aceitável (Hu & Bentler, 1999; West et al., 2012). Por fim, o SRMR apresenta um

valor de .06, o que sugere também um nível de ajustamento aceitável. De forma a aperfeiçoar o modelo, foram correlacionados itens cujos valores do índice de modificação entre erros eram bastante elevados. Uma vez que os índices de modificação indicaram uma dependência elevada entre os itens 4 e 12 e os itens 9 e 11, os mesmos foram correlacionados com o objetivo de avaliar o modelo da forma mais adequada (Figura 1).

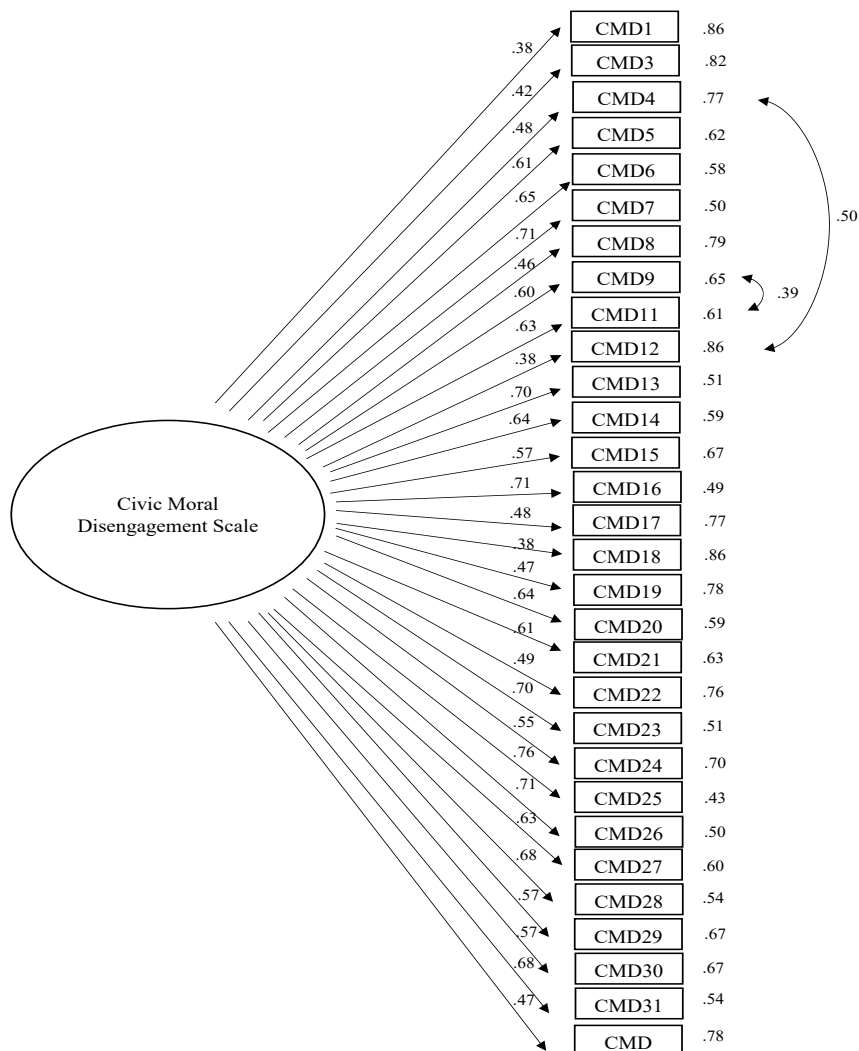
Tabela 2

Índices de ajustamento da escala original e da escala alterada

	χ^2/gl	CFI	TLI	RMSEA	SRMR
32 Itens	1785.755/462 3.87	0.96	0.96	0.06	0.06
30 Itens	1462.057/403 3.63	0.98	0.98	0.05	0.06

Figura 1

Análise Fatorial Confirmatória de um fator



1.2. Validade Convergente

Através da avaliação da validade convergente pode concluir-se que existem correlações significativas entre a CMD e a *AS Spectrum*, tanto a nível global como entre as subdimensões (Tabela 3). Embora se verifique uma correlação mais fraca entre a CMD total e a subdimensão “Desvalorização das Leis e Normas”, é possível observar-se que, de uma forma geral, encontram-se correlações positivas e moderadas (Cohen, 1992).

Tabela 3

Correlações de Pearson entre a CMD e a AS Spectrum

	<i>AS Spectrum</i> Total	Desvalorização das Normas e Leis	Violento/ Confrontativo
CMD Total	0.55**	0.30**	0.42**

Nota. ** $p < 0.01$

1.3. Fiabilidade: Consistência Interna

A fiabilidade deste instrumento foi testada através do método de consistência interna, avaliado pelo coeficiente do alfa de Cronbach. Tendo em conta os valores normativos, este instrumento possui uma boa consistência interna apresentando um valor $\alpha = .90$ (Maroco & Garcia-Marques, 2006). Uma vez que o valor do alfa de Cronbach é considerado menos preciso em comparação ao valor do Omega de Mc Donald (ω) (Dunn et al., 2014; Hayes & Coutts, 2020), o mesmo foi calculado, demonstrando também uma boa consistência interna (Tabela 4).

Tabela 4

Consistência interna: Alpha de Cronbach e Omega de McDonald

Estadísticas de Confiabilidade	Alpha de Cronbach	Número de Itens	Omega de McDonald	Número de Itens
	0.90	30	0.90	30

1.4. Sensibilidade das Dimensões

Relativamente à sensibilidade da dimensão desta escala, podemos concluir que apresenta uma distribuição assimétrica muito positiva, o que indica que muitas das respostas dos participantes se situam nos valores mínimos, podendo existir o risco de efeito chão (Tabela 5).

Tabela 5*Sensibilidade das dimensões*

<i>Civic Moral Disengagement</i>	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Assimetria	Erro Padrão	Curtose	Erro Padrão
CMD Total	27.19	25	29	15.42	.60	.10	.11	.20

2. Desengajamento Moral e Traços Antissociais ao Longo do Ciclo de Vida

2.1. Comparação Diferentes Faixas Etárias

Através de uma ANOVA *one way*, pretendeu-se analisar se existiam ou não diferenças entre os diversos grupos etários. Tal como é possível verificar através da tabela 6, existem diferenças significativas entre os mesmos (($F(3) = 3.83, p = .01, \eta^2 = .02$).

Tabela 6*ANOVA one way para comparação entre grupos*

		Soma dos Quadrados	<i>gl</i>	Quadrado Médio	<i>F</i>	Sig.	η^2
CMD Total	Entre Grupos	2697.12	3	899.04	3.84	.01	.02
	Nos Grupos	139275.76	594	234.30			
	Total	141872.89	597				

O *Post-Hoc* de *Tukey* permitiu analisar, através da tabela das comparações múltiplas (Tabela 7), de que forma os 4 grupos etários diferem entre si. Assim, é possível perceber que se observam diferenças estatisticamente significativas entre o grupo que compreende idades dos 18 aos 22 ($IJ = 6.64; p < .004$) e o grupo com idades entre os 23 e os 40 anos. No que diz respeito à comparação realizada entre as restantes faixas etárias, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. A figura 2 ilustra o nível médio de desengajamento moral em cada um dos grupos etários, podendo observar-se um aumento dos níveis de desengajamento moral no final da adolescência seguido de um declínio abrupto no início da idade adulta, subindo, posteriormente, nos restantes grupos.

Tabela 7

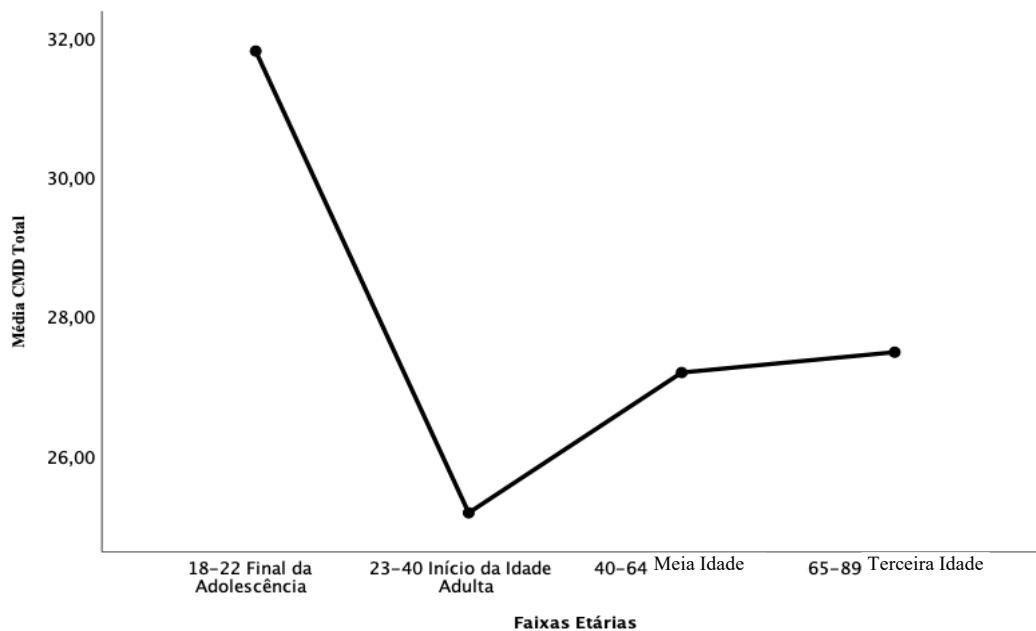
Comparações múltiplas entre os diferentes grupos

Faixas Etárias (I)	Faixas Etárias (J)	Diferença Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
18-22	23-40	6.64*	1.96	.004
	41-64	4.62	1.95	.084
	65-89	4.33	2.33	0.25
23-40	18-22	-6.64*	1.96	.004
	41-64	-2.02	1.48	.53
	65-89	-2.31	1.95	.64
41-64	18-22	-4.62	1.95	.084
	23-40	2.02	1.48	.53
	65-89	-0.29	1.94	.10
65-89	18-22	-4.33	2.33	.25
	23-41	2.31	1.95	.64
	41-64	0.29	1.94	.10

Nota. * A diferença média é significativa no nível 0.05.

Figura 2

Nível médio de desengajamento moral nas diversas faixas etárias



2.2.

Diferenças de género

Através do teste *t-student* para amostras independentes foi possível verificar se existiam ou não diferenças de género significativas na amostra total. Como é possível observar através da tabela 8, existem diferenças estatisticamente significativas entre os géneros ($t(596) = 4.95; p < .05$). O gráfico 3 representa essa mesma diferença entre as médias de ambos os sexos

e, através do mesmo, é possível verificar uma média dos níveis de desengajamento moral mais elevada no sexo masculino ($M= 30.78$; $DP= 15.97$), em comparação com o sexo feminino ($M= 24.60$; $DP= 14.48$). Ainda com recurso à tabela 8 verifica-se, também, que o d de Cohen, correspondente ao *effect size*, tem um valor médio.

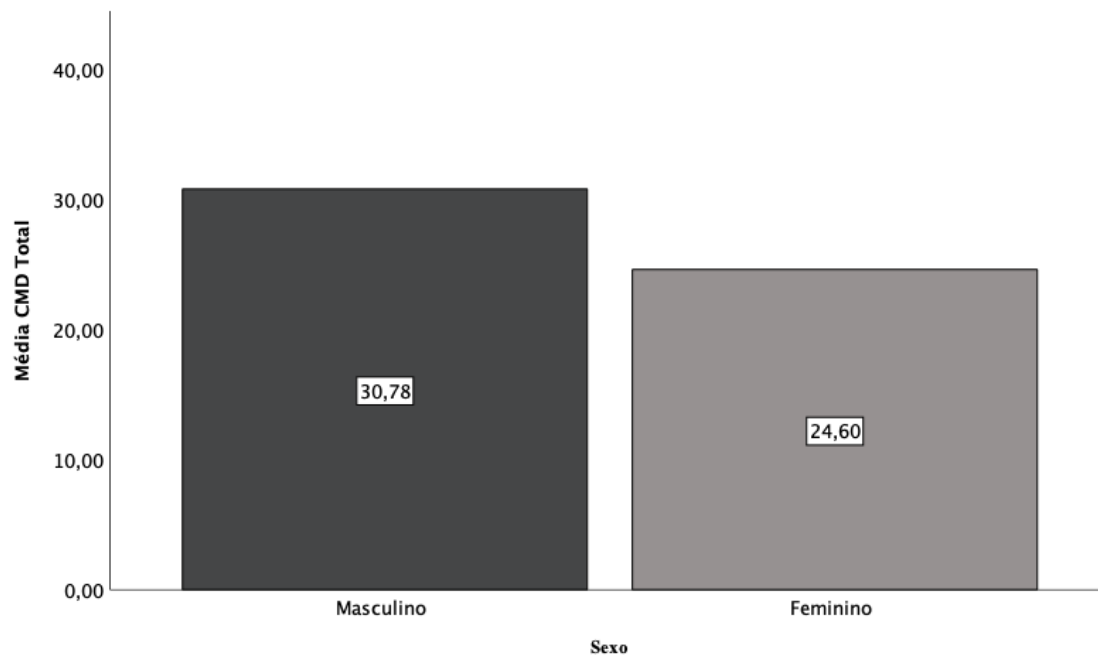
Tabela 8

Teste de amostras independentes

	t	Sig.	d de Cohen
CMD Total	4,94	<.001	0.41

Figura 3

Diferenças nos níveis médios de desengajamento moral entre ambos os sexos



IV. DISCUSSÃO

O objetivo principal da presente investigação consiste em compreender a evolução dos níveis de desengajamento moral ao longo das diversas faixas etárias e perceber se existem ou não diferenças de género estatisticamente significativas entre ambos os sexos. No entanto, para se cumprir o objetivo principal desta investigação foi necessário avaliar as propriedades psicométricas da CMD (Caprara et al., 2009) numa amostra comunitária.

1. Propriedades Psicométricas da *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD)

De acordo com Bandura (1999) existem determinadas formas de nos desvincularmos dos nossos princípios morais sem que sintamos qualquer tipo de remorso ou culpa por isso, introduzindo, assim, o conceito de desengajamento moral. O mesmo conduziu à elaboração de duas escalas, cada uma com a sua especificidade, mas ambas com um objetivo em comum, avaliar os níveis de desengajamento moral (Bandura et al., 1996; Caprara et al., 2009). A CMD foi uma das escalas utilizadas no método do presente estudo. Contudo, uma vez que a escala em questão nunca terá sido validada para a população portuguesa, procedeu-se ao estudo das propriedades psicométricas da mesma, para se perceber se este instrumento poderia ou não ser aplicado nesta população específica e para, posteriormente se poder cumprir o objetivo principal desta investigação. Primeiramente procedeu-se a uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), seguida da avaliação da validade convergente, consistência interna e sensibilidade da única dimensão da escala.

Tendo em conta investigações cujo objetivo era também avaliar as propriedades psicométricas deste instrumento (Bandura et al., 2001; Caprara et al., 2006; Caprara et al., 2009), foi possível perceber que, após testarem vários modelos fatoriais através de múltiplos testes utilizando a Análise Fatorial Exploratória (AFE), a estrutura fatorial mais adequada seria a de um fator. Embora os itens constituintes da escala fossem referentes aos oito mecanismos de desengajamento moral propostos por Bandura et al. (1996), os valores da estrutura de um fator revelaram-se mais indicados em comparação com as outras estruturas fatoriais testadas. Assim, tendo por base essas mesmas validações nas quais foram testados vários modelos fatoriais, procedeu-se a uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), que teve como objetivo confirmar uma estrutura fatorial prévia. Com recurso ao programa *R* (Versão 4.0.5) e através do estimador WLSMV foi possível verificar que existiam dois itens (2 e 10) cujos *loadings* eram inferiores a .3, o que, de acordo com Field (2013) seria um critério para excluir os mesmos

da escala. Com a eliminação dos dois itens mencionados, os *loadings* mais baixos passaram a corresponder aos itens 1,12 e 18 com um valor de .38 (“Quando não estão disponíveis caixotes do lixo, não faz sentido repreender cidadãos que deixam o lixo na rua”; “Fazer “graffitis” nas paredes é a expressão de um “espírito criativo””; “Para o avanço da ciência é legítimo usar humanos como cobaias, mesmo em experiências de alto risco”) e o *loading* mais elevado passou a corresponder ao item 25, com um valor de .76 (“Destruir coisas antigas é uma maneira de convencer o Estado a fornecer novas instalações”). Com o objetivo de aperfeiçoar o modelo e com vista a uma melhor adequabilidade do mesmo, foram correlacionados os itens 4 e 12 e os itens 9 e 11, devido ao facto de os valores dos índices de modificação dos mesmos serem bastante elevados. A origem destes valores pode atribuir-se ao facto de o conteúdo dos itens correlacionados ser bastante semelhante. Por último, foram analisados os índices de ajustamento (*Chi Square/ Degrees of Freedom*, CFI, TLI, RMSEA e SRMR) do modelo que apresentaram valores bastante satisfatórios, o que reforça a sua adequabilidade e confirma a estrutura unidimensional do mesmo.

Através da validade convergente foi possível perceber que existe uma correlação significativa entre a CMD e a AS *Spectrum*, sendo a mesma positiva e moderada, como teoricamente esperado. O comportamento antissocial é caracterizado pela prática de ações que vão contra as normas ou regras sociais, tais como atos ilegais, impulsividade, agressividade, conflitos com a autoridade, entre outros (Farrington, 2005; Marizot & Kazemian, 2015), tal relaciona-se em certa parte com o conceito de desengajamento moral proposto por Bandura (1999). Risser e Eckert (2016), observaram que o desengajamento moral é preditor do comportamento antissocial, sendo que aspetos como a ausência de emoção e remorsos e a falta de sensibilidade vão aumentar os níveis de desengajamento moral e conduzir à prática de ações menos éticas que, posteriormente, podem levar ao desenvolvimento de comportamentos antissociais. Também Sijtsema et al. (2019) concluiu que existe uma ligação entre a estes dois construtos na medida em que raciocínios cognitivos que envolvam mecanismos como a justificação moral estão bastante relacionados com a conduta antissocial. Por sua vez, Hyde et al. (2010), defendem também esta associação, contudo, de uma forma mais indireta, ou seja, segundo a sua investigação o desengajamento moral desempenha um papel de mediador. Mais concretamente o desengajamento moral medeia a relação entre a empatia e a conduta antissocial e entre o contexto social em que o jovem se insere e a conduta antissocial. Embora existam ainda algumas incertezas relativamente ao papel que o desengajamento moral tem no desenvolvimento da conduta antissocial, é evidente a ligação entre ambos. Neste sentido, esta

correlação era teoricamente esperada, sendo que ao mesmo tempo que suportam investigação prévia, os resultados encontrados sugerem também que este instrumento apresenta validade convergente para a população portuguesa.

Relativamente à fiabilidade, a CMD apresenta um valor de $\alpha = 0.90$, o que sugere uma boa consistência interna (Maroco & Garcia-Marques, 2006). De seguida procedeu-se também ao cálculo do Omega de Mc Donald (ω), que apresentou, igualmente, um valor de 0.90. O mesmo foi calculado devido ao facto de ser mais preciso em comparação com o Alfa de Cronbach (Hayes & Coutts, 2020). Segundo Dunn et al. (2014), o Omega de Mc Donald fornece o valor exato da variância total observada numa escala de apenas uma dimensão, daí ser mais preciso.

O estudo das propriedades psicométricas da CMD sugere indicadores promissores de validade e fiabilidade da CMD para a população adulta portuguesa. Tendo em conta que é o primeiro estudo em Portugal a avaliar as propriedades psicométricas da CMD, pode considerar-se um contributo para a área da psicologia criminal em Portugal. Este um instrumento pode ser particularmente útil no campo da psicologia forense, sobretudo, para jovens adultos, podendo vir a ser uma forma de avaliação para a prevenção do comportamento delincente na idade adulta. Ao contrário da Moral Disengagement Scale (MDS) (Bandura et al., 1996), que se aplica à avaliação de condutas agressivas e violentas, a CMD pode aplicar-se de forma diferente e a uma população mais vasta, uma vez que avalia a propensão para agir contra as normas éticas no quotidiano. A validação da CMD constitui, assim, uma mais valia na área da psicologia, não só a nível da avaliação psicológica, mas também ao nível da investigação, uma vez que, em Portugal, não existe muito suporte teórico no âmbito do desengajamento moral e do seu contributo para o desenvolvimento do comportamento delincente.

2. Evolução do Desengajamento Moral no Ciclo de Vida

A presente investigação centra-se no desengajamento moral e o seu objetivo principal consiste em perceber de que forma é que este se manifesta nas diferentes fases da vida. Relativamente à primeira hipótese, pode observar-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre todas as faixas etárias, uma vez que as mesmas só se verificam entre a fase final da adolescência e o início da fase adulta.

A segunda hipótese também não foi corroborada, uma vez que, através da figura 2 foi possível verificar que não houve um declínio progressivo dos níveis de desengajamento moral

à medida que a idade aumenta. Em relação à terceira e última hipótese, é possível observar, através da figura 3, que existem diferenças de género estatisticamente significativas que indicam que o sexo masculino apresenta níveis mais elevados de desengajamento moral, corroborando, assim, esta hipótese.

Os resultados obtidos revelam que existem diferenças estatisticamente significativas apenas entre a fase final da adolescência (18-22) e o início da idade adulta (23-40). É notório que os níveis de desengajamento moral são bastante elevados nesta primeira fase, atingindo o seu pico, existindo, posteriormente, um declínio abrupto no início da idade adulta. Contudo, embora não existam diferenças estatisticamente significativas entre os restantes grupos etários, é possível observar uma ligeira subida dos níveis de desengajamento moral depois dos 40 anos.

O comportamento delinvente e antissocial estão bastante relacionados com o desengajamento moral, sendo que vários estudos testaram essa correlação (Bandura et al., 1996; Shulman, 2011; Risser & Eckert, 2016). Daí que fizesse sentido que, tal como acontece no comportamento delinvente, os níveis de desengajamento moral diminuíssem também ao longo das diversas faixas etárias, indo de encontro à curva idade-crime, descrita por alguns autores (Sampson & Laub, 2003; DeLisi, 2015). Ainda que não se tenha encontrado suporte para as duas primeiras hipóteses do presente estudo, o facto de existirem diferenças nos níveis de desengajamento moral entre as duas faixas etárias anteriormente mencionadas, vai de encontro ao que foi descrito na literatura (Paciello et al., 2008; Shulman et al., 2011). Contudo, é necessário reforçar que existem, ainda, bastantes limitações na literatura, destacando-se o facto de grande parte das amostras não serem comunitárias. A presente investigação integra uma amostra da população geral, o que pode também explicar o facto de os resultados deste estudo diferirem de estudos que utilizaram uma amostra não comunitária. Para além desta limitação, maior parte dos estudos não investiga detalhadamente as diferenças entre as diversas faixas etárias, nem inclui amostras que integrem participantes com idades mais avançadas, como inclui a presente investigação.

Paciello et al. (2008) estudaram a evolução do desengajamento moral numa amostra de adolescentes com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos e identificaram quatro grupos com diferentes trajetórias de evolução do desengajamento moral: grupo com níveis baixos de desengajamento moral que, posteriormente diminuíram (*nondisengaged group*); grupo com níveis moderados de desengajamento moral que diminuíram igualmente (*normative group*); grupo com níveis altos durante a primeira fase da adolescência, mas que diminuíram significativamente após os 16 anos (*later desister group*); grupo que manteve os seus níveis de

desengajamento moral estáveis ao longo do tempo (*chronic group*). De acordo com este estudo maior parte da amostra (89%) registou uma diminuição dos níveis de desengajamento moral no início da idade adulta, no entanto, foi na fase da adolescência que os mesmos atingiram o seu pico, sendo que se verificaram diferenças significativas entre as duas faixas etárias. Tal vai de encontro ao presente estudo, uma vez que, embora, não se tenham verificado diferenças estatisticamente significativas entre todas as faixas, verifica-se uma queda acentuada dos níveis de desengajamento moral entre o final da adolescência e o início da fase adulta. Contudo, é pertinente reforçar que, apesar de o estudo de Paciello et al. (2008) defender que existe uma tendência para os níveis de desengajamento moral diminuírem ao longo do tempo, a amostra do mesmo só engloba jovens até aos 20 anos, enquanto o presente estudo possui uma amostra que abrange faixas etárias com idades mais avançadas. Ainda que existam alguns estudos que avaliem a evolução do desengajamento moral e o seu impacto no comportamento delinvente, são poucas as investigações que abordam ou estudam as diferenças entre todas as faixas etárias.

Também Cardwell et al. (2015) examinaram a evolução dos níveis de desengajamento moral num grupo de adolescentes durante 7 anos, encontrando três trajetórias distintas correspondentes à evolução do desengajamento moral: baixo, moderado e elevado. De acordo com os mesmos quem manifesta maiores níveis de desengajamento moral, tem uma maior tendência para ser mais agressivo e para se envolver em comportamentos criminosos. Os autores deste estudo destacam também a importância que o período da adolescência tem na evolução e na variação dos níveis de desengajamento moral e do comportamento delinvente. Shulman et al. (2011) e Caroli e Sagone (2014) conduziram também investigações semelhantes e obtiveram resultados que vão de encontro a ambos os estudos anteriormente referidos, observando um declínio dos níveis de desengajamento moral após a fase da adolescência.

Grande parte das investigações realizadas inclui na sua amostra jovens menores de 18 anos, algo que o presente estudo não faz. Contudo, ainda que sejam estudos com uma amostra bastante diferente, é notório que o nível de desengajamento moral tem tendência para ser mais elevado numa população adolescente, reduzindo aquando da entrada na vida adulta.

O facto de a adolescência ser um período de mudança, de desenvolvimento e de amadurecimento, pode ser explicativo deste declínio abrupto dos níveis de desengajamento moral, na maioria dos casos. Mudanças nos processos cognitivos, como a capacidade de planear ações e de prever as consequências das mesmas pode explicar este fenómeno. Também mudanças ao nível social podem justificar o mesmo, uma vez que para se integrar na sociedade, o individuo vai ter de executar novas funções que vão exigir mais responsabilidade e uma maior

capacidade de autocontrole e autorregulação que, conseqüentemente, vão promover o engajamento moral (Bandura, 1991; Paciello et al., 2008; Cardwell et al., 2015).

Foram vários os estudos que verificaram que os níveis de desengajamento moral estão diretamente relacionados com o comportamento delincente, podendo o mesmo predizer este tipo de conduta (Bandura et al., 1996; Paciello et al., 2008; Cardwell et al., 2015). Tal como os estudos que dizem respeito ao desengajamento moral identificaram diferenças entre a fase da adolescência e a entrada na idade adulta, também no âmbito do comportamento delincente foram encontradas diferenças entre as mesmas faixas etárias.

São diversas as abordagens teóricas e os estudos que defendem a fase da adolescência como fulcral para o desenvolvimento de cada indivíduo e que encontraram diferenças entre esta faixa etária e a idade adulta. O *Cambridge Study in Delinquent Development* (Farrington et al., 2013), acompanhou indivíduos desde os 8 aos seus 56 anos. Revelou-se, igualmente, um pico da atividade criminal aos 17 anos, seguido de um declínio na idade adulta, sendo que, mais uma vez, é na adolescência que é registado um maior número de crimes praticados. Contudo, ainda que tudo aponte para uma diminuição progressiva ao longo do tempo, os autores defendem que a estabilidade deste comportamento entre os 18 e os 32 anos pode ser um indicador de persistência no crime (Farrington, 2003; Farrington et al., 2013). Também o *Pittsburgh Youth Study*, (Jennings et al., 2015), encontrou resultados semelhantes num estudo que acompanhou jovens até aos 30 anos de idade, estando a amostra dividida em dois grupos. Embora os resultados tenham diferido um pouco entre os grupos, os autores concluíram que o pico da atividade criminal se dava na fase da adolescência, num dos grupos aos 16 anos e no outro aos 19 anos, decrescendo progressivamente em ambos, após este aumento acentuado. Os dados desta investigação vão de encontro a ambos os estudos mencionados, revelando diferenças entre o final da adolescência e o início da fase adulta. Contrariamente à presente investigação, ambos os estudos sugerem uma diminuição progressiva do comportamento delincente com o avançar da idade. Todavia, os mesmos não incluíram participantes de idade mais avançada, como o presente estudo incluiu.

No estudo dos Glueck (Glueck & Glueck, 1950) e, mais tarde, no *follow-up* dessa mesma investigação, realizado por Sampson e Laub (Sampson & Laub, 2003), foi possível acompanhar a evolução dos registos criminais de uma amostra de indivíduos, dos 7 aos 70 anos de idade. O número de crimes mais elevado deu-se na fase da adolescência e início da idade adulta (17-24 anos), reduzindo consideravelmente ao longo da idade adulta, até aos 70 anos. Este é considerado o estudo longitudinal mais completo neste campo (Sampson & Laub, 2003).

Embora o presente estudo não demonstre um declínio progressivo dos níveis de desengajamento moral com o avançar da idade, verifica-se um pico dos mesmos entre o final da adolescência e o início da fase adulta, o que vai de encontro aos resultados obtidos no estudo dos Glueck (1950) e posterior *follow-up* de Sampson e Laub (2003).

Sampson e Laub (1990, 2003) investigaram exaustivamente o ciclo de vida do comportamento criminal e, de acordo com a sua perspectiva, existe, efetivamente, um número mais elevado de crimes na fase da adolescência que decresce gradualmente até ao final da vida. Os mesmos deram bastante relevância, não só à fase da adolescência, como também reforçaram a pertinência da idade adulta e descreveram a mesma como uma fase de mudança que poderia redirecionar trajetórias. Existem determinados eventos que podem causar mudanças na vida de cada pessoa, como por exemplo, o casamento, arranjar um emprego, sendo que a criação desses laços sociais pode conduzir à mudança, aliada a uma capacidade adequada e ativa de escolha e tomada de decisão (Sampson e Laub, 2005). Sampson e Laub (2003) dão então bastante relevância a estes pontos de viragem, uma vez que os mesmos influenciam o percurso criminal de cada pessoa, podendo resultar na desistência. Neste caso, não será adequado fazer referência à desistência do crime, uma vez que a presente amostra é comunitária, contudo, é importante reforçar a importância da evolução constante do ser humano e da possibilidade de mudança, que é sempre fulcral no âmbito da intervenção, por exemplo. Sendo que essa mesma mudança e a transição de uma faixa etária para a outra pode justificar, em parte, o declínio dos níveis de desengajamento moral observado nos resultados do presente estudo.

Por sua vez, também Moffitt (1993, 2006) destacou a adolescência como uma fase da vida em que os jovens têm bastante tendência para o envolvimento em comportamentos antissociais e delinquentes. Caracterizada como um período decisivo, a fase adolescência pode conduzir ao envolvimento em condutas problemáticas como forma de alcançar autonomia e uma certa popularidade entre pares. Identicamente, Farrington (2005), descreve a adolescência como sendo uma fase da vida bastante propensa ao envolvimento em conduta antissocial. A Teoria do Potencial Antissocial categoriza o estilo parental, os processos de socialização e o contexto escolar como fatores que, a longo prazo, contribuem o Potencial Antissocial.

De acordo com os resultados obtidos no presente estudo é possível verificar que os mesmos não vão de encontro à curva idade-crime descrita por Sampson e Laub (2003). Ainda que os resultados referentes aos níveis de desengajamento moral no período da adolescência vão de encontro às teorias do crime abordadas e, embora exista uma ligação entre o desengajamento moral e o comportamento delinvente, de acordo com os resultados obtidos

nesta investigação, o desengajamento moral não segue o mesmo padrão de evolução que o comportamento delinquente.

Contudo, observando os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (2020), é possível observar algumas diferenças nas faixas etárias, nomeadamente pode perceber-se que no ano de 2020, em Portugal, o pico do número de crimes foi entre os 31 e os 40 anos (22.1%) e que entre os 70 e os 71 anos (8.3%) a taxa de criminalidade era superior à taxa de criminalidade entre os 19 e os 20 anos (5.4%). Tendo em conta os dados do *Criminal Justice Information Services Division*, do FBI (2019) também se pode observar um número elevado de crimes após os 65 anos, sendo quase equivalente ao número de crimes praticado entre os 16 e os 17 anos, detetando-se um pico entre os 25 e os 26 anos. Tendo em conta estes resultados e o caso dos Estados Unidos da América, em particular, podem observar-se níveis mais baixos até aos 25 anos, sendo que na entrada da idade adulta há um aumento e os mesmos tendem a estabilizar até aos 44 anos, sensivelmente.

São raros os estudos e as teorias que abordam a população idosa no campo no crime. Geralmente esta população tem tendência a ser vista como a vítima (Aday & Krabill, 2005) e não como capacitada para cometer qualquer tipo de crime. É certo que a população jovem é mais propensa a cometer um número mais elevado de atividades ilegais, uma vez que a fase da adolescência é uma fase fulcral para o desenvolvimento, sendo uma altura da vida em que os jovens são mais suscetíveis à pressão dos pares e à tomada de decisões menos adequadas. Contudo, a taxa de criminalidade na população idosa tem vindo a aumentar (Berger, 2018), tendo esta população demonstrado tendência para se envolver em determinados tipos de crimes como fraudes, furtos e abuso de álcool e drogas (Aday, 1994; Berger, 2018). Esta é uma faixa bastante negligenciada na área da criminologia do ciclo de vida, uma vez que são raros os estudos empíricos que investigam o comportamento delinquente na população idosa. No presente estudo, verifica-se um aumento dos níveis de desengajamento moral a partir dos 65 anos e, embora não seja uma subida significativa, tal pode ser um alerta para a necessidade de se investigar mais sobre o comportamento criminal na idade adulta e sobre as suas causas.

Por fim, os resultados obtidos na presente investigação relativamente às diferenças entre o sexo masculino e feminino nos níveis de desengajamento moral são consistentes com estudos e abordagens teóricas prévias, uma vez que existem diferenças significativas entre os mesmos. No estudo de Paciello et al. (2008) foram obtidos resultados semelhantes na medida em que os rapazes apresentaram níveis de desengajamento moral mais elevados comparativamente com as raparigas e o declínio dos mesmos entre os 14 e os 16 anos de idade

também foi menor. Uma análise mais profundada aponta que o grupo crónico era constituído, em grande parte, por rapazes e que o grupo *nondisengaged* era integrado, maioritariamente, pelo sexo feminino, apresentando níveis de desengajamento moral consideravelmente mais baixos. No estudo de Caprara et al. (2006) foram também observadas diferenças de género no nível de desengajamento moral no contexto de comportamentos agressivos. Também Obermann (2011) e Caroli e Sagone (2014) verificaram níveis de desengajamento moral mais elevados no sexo masculino. De acordo com os mesmos as raparigas apresentam níveis pró-sociais e emocionais mais elevados do que os rapazes, podendo esse fator ser explicativo destas diferenças de género.

Todavia, tanto no campo do desengajamento moral como no estudo do comportamento delinvente, grande parte dos estudos realizados integram amostras compostas, maioritariamente, por participantes do sexo masculino. Segundo Tracy et al. (2009), o envolvimento criminal feminino é, geralmente, considerado como raro, contudo, a ausência de estudos constitui uma limitação na área da criminologia e da psicologia forense, uma vez que seria importante examinar as diferenças de género de forma mais detalhada.

Em suma, esta área tem evoluído bastante e torna-se cada vez mais importante explorar o tema da delinquência e do desengajamento moral, principalmente, em idades mais precoces como forma prevenir que este tipo de comportamentos evolua no decorrer da vida. Embora existam já alguns estudos neste âmbito, seria uma mais valia para a criminologia e para a psicologia que a literatura expandisse os seus conhecimentos relativamente ao recurso ao desengajamento moral na população idosa e também na população feminina, de forma a perceber o processo de desengajamento moral e a sua relação com o comportamento antissocial.

3. Limitações e Estudos Futuros

O presente estudo apresenta determinadas limitações que devem ser tidas em conta. A primeira delas e, talvez, a mais importante é o facto de este estudo não ser longitudinal. O facto de ser uma metodologia transversal não permite que os participantes sejam acompanhados ao longo de diversas fases da vida. Seria bastante interessante que estudos futuros pudessem realizar a mesma investigação, mas com uma metodologia longitudinal para se poder perceber de forma mais aprofundada as diferenças intra-individuais nos níveis de desengajamento moral ao longo do tempo e o que é que influencia esses mesmos níveis.

A recolha de dados do presente estudo foi realizada em plena pandemia devido ao Covid-19, o que constitui também uma limitação para esta investigação, uma vez que dificultou e alterou todo o procedimento de recolha previamente planeado. Assim, ao invés de a mesma ter sido totalmente presencial, foi necessário recorrer às novas tecnologias para proceder à mesma. Tendo em conta que os participantes apresentavam idades compreendidas entre os 60 e os 89 anos, surgiram algumas dificuldades, como por exemplo, o facto de não estarem acostumados a este tipo de tecnologia e ao facto de ter sido complexo gerir a questão do preenchimento do protocolo e esclarecimento de dúvidas.

A presente investigação foi pensada e planeada para ser realizada em contexto prisional, contudo, tal não foi possível devido à situação pandémica e ao dever de recolher obrigatório e distanciamento social que se atravessou. Assim, sugere-se que estudos futuros realizem esta investigação em contexto prisional para que se possa estabelecer uma comparação entre ambas as populações e perceber como é que os níveis de desengajamento moral evoluem e diferem em cada uma delas.

Para além do método utilizado para recolha da amostra, pode, ainda, acrescentar-se a esta limitação o fator idade. A amostra da presente investigação contou com a presença de participantes cujas idades eram mais avançadas e tal pode constituir uma limitação na medida em que, devido à idade, os resultados podem considerar-se, em parte, enviesados. Aspectos como limitações cognitivas provenientes da própria idade, dificuldade em perceber e interpretar as questões, extensão e complexidade dos questionários, o cansaço da própria idade aliado a toda a situação que se estava a presenciar podem ser considerados como limitações do presente estudo, tendo influência nos resultados. É também importante referir a importância do fator desejabilidade social, sendo que a replicação da presente investigação seria sugerida para perceber se os resultados são semelhantes ou se diferem.

Por fim, mas não menos importante, o facto de a amostra não incluir jovens menores de idade é também uma limitação e será uma mais valia se for incluída em investigações futuras. Como foi referido no enquadramento teórico e na discussão do estudo, a fase da adolescência é fulcral para o desenvolvimento, assim, tinha sido importante verificar quais as diferenças entre os níveis de desengajamento moral entre essa fase e as restantes faixas etárias, de forma a perceber se a adolescência é, efetivamente, a fase da vida que apresenta níveis de desengajamento moral mais elevados. Estudos futuros podem também incluir crianças na sua investigação para que se possa proceder a uma avaliação completa da evolução do

desengajamento moral ao longo de todo o ciclo de vida e para que se possam encontrar novas formas de prevenção do comportamento delinquente.

4. Recomendações Clínicas e Sociais

A presente investigação realça a importância da fase do final da adolescência e início da idade adulta no desenvolvimento de cada indivíduo. Ainda que a mesma não inclua jovens que estejam em plena adolescência, de acordo com a literatura, sabe-se que é na fase da adolescência que se iniciam os comportamentos desviantes e que, a partir daí podem ou não evoluir para outro tipo de comportamento. De acordo com o presente estudo, verifica-se que existe uma média bastante elevada dos níveis de desengajamento moral no final da adolescência, o que constitui um alerta para a necessidade de prevenção deste tipo de pensamento e comportamento. Se não se proceder a uma intervenção o mesmo pode evoluir para comportamentos antissociais e delinquentes. A prevenção destas mesmas condutas deve começar no seio familiar e deve ser tida em conta pelas escolas, onde as crianças passam uma parte substancial do seu dia.

De acordo com os resultados obtidos neste estudo, a seguir à fase final da adolescência, é nas idades mais avançadas que se encontram os níveis mais elevados de desengajamento moral. Tal constitui um fator de preocupação, uma vez que, segundo o suporte teórico existente e as teorias do ciclo de vida, o desengajamento moral e o comportamento delinquente têm tendência a diminuir com o avançar da idade. Todavia, já é também conhecido que o comportamento delinquente em idosos está a aumentar, contudo, são raros os estudos que tentam perceber este acontecimento. Assim, seria importante perceber qual a origem deste tipo de conduta numa idade tão avançada. Tal pode dever-se não só a uma estabilidade deste comportamento ao longo da vida, como também pode ser explicado por fatores como a doença mental, dificuldades de autocontrolo, condições financeiras. São bastantes as respostas possíveis para este aumento dos níveis de desengajamento moral e comportamento delinquente nesta faixa etária, contudo, as mesmas não são exploradas, resultando numa fraca ou até nula intervenção nesta população. Desta forma, seria importante investir-se em formas de apoio para a população em questão, tanto ao nível das necessidades primárias, como ao nível da saúde mental.

Todas estas formas de apoio devem ser aplicadas a todas as faixas etárias com o objetivo de fornecer a cada indivíduo estratégias que lhes permitam a sua integração na sociedade, a criação de laços sociais e, mais importante ainda, o seu bem-estar a todos os níveis,

prevenindo assim o recurso a mecanismos de desengajamento moral e a comportamentos mais problemáticos. Contudo, fases como a adolescência e a terceira idade merecem especial atenção, a primeira por ser uma fase de transição fulcral para todo o desenvolvimento e a segunda por ser uma faixa etária que tem sido esquecida e negligenciada.

Grande parte dos estudos realizados no âmbito do desengajamento moral recorreu a amostras não comunitárias, contudo, o presente estudo serve para realçar a importância de investigar o desengajamento moral na população geral. Não são só as pessoas que cometem crimes que recorrem ao desengajamento moral e a este tipo de pensamento. Tendo em conta os resultados deste estudo é possível perceber que há níveis bastante elevados de desengajamento moral na população geral, o que torna ainda mais importante estabelecer medidas de intervenção e prevenção na sociedade e perceber quais as razões que fazem com que os indivíduos tenham necessidade recorrente de desobedecer às normas sociais e aos próprios padrões morais.

Por fim, a avaliação das propriedades psicométricas da CMD constitui uma mais valia para a área da criminologia, principalmente em Portugal e considera-se que seja bastante pertinente começar a aplicar esta escala com mais frequência, não só em contexto criminal como em contexto comunitário.

5. Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi perceber quais as diferenças dos níveis de desengajamento moral entre as diversas faixas etárias. Através do mesmo observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de desengajamento moral no final da adolescência e o início da idade adulta, sendo que os jovens apresentaram níveis médios bastante mais elevados de desengajamento moral. Contudo, nem todas as hipóteses foram corroboradas, uma vez que não se verificaram diferenças significativas entre todas as faixas etárias. Para além disso, também não se assistiu a uma diminuição gradual do nível médio de desengajamento moral com o avançar da idade, como era previsto. Através dos resultados obtidos pode observar-se um aumento dos níveis de desengajamento moral na terceira idade, que ainda não sendo significativos, constituem um fator de preocupação. Os resultados da presente investigação suportam a importância da implementação de medidas de intervenção em fases mais precoces, como a adolescência, mas também em fases mais avançadas, como é o caso da terceira idade.

Por fim, a avaliação das propriedades psicométricas da CMD não só tornou possível o alcance do objetivo principal deste estudo, como pode ser considerada como uma mais valia para a área da criminologia e da psicologia em Portugal. A mesma pode ser aplicada à população portuguesa com o intuito de avaliar os níveis de desengajamento moral nesta população e de facilitar a prevenção da utilização de mecanismos de desengajamento moral.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aday, R. H. (1994). Aging in prison: A case study of new elderly offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 38(1), 79-91. <https://doi.org/10.1177/0306624X9403800108>
- Aday, R. H., & Krabill, J. J. (2005). Aging offenders in the criminal justice system. *Marq. Elder's Advisor*, 7, 237.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315677187>
- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of self-regulation. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 248-287. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90022-L](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90022-L)
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and social psychology review*, 3(3), 193-209. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0303_3
- Bandura, A. (2011). Moral disengagement. *The encyclopedia of peace psychology*. <https://doi.org/10.1002/9780470672532.wbepp165>
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of personality and social psychology*, 71(2), 364. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.71.2.364>
- Basto-Pereira, M., & Farrington, D. P. (2019). Advancing knowledge about lifelong crime sequences. *The British Journal of Criminology*, 59(2), 354-377. <https://doi.org/10.1093/bjc/azy033>
- Berger, R. (2018). Criminal behavior among the elderly: a look into what people think about this emerging topic. *Advances in Aging Research*, 7(1), 1-16. <https://doi.org/10.4236/aar.2018.71001>
- Burfeind, J., & Bartusch, D. J. (2015). *Juvenile delinquency: An integrated approach* (3rd ed.) Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315731094>

- Campaert, K., Nocentini, A., & Menesini, E. (2018). The role of poor parenting and parental approval for children's moral disengagement. *Journal of Child and Family Studies*, 27(8), 2656-2667. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1097-1>
- Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., Iafate, C., Beretta, M., Steca, P., & Bandura, A. (2006). La misura del disimpegno morale nel contesto delle trasgressioni dell'agire quotidiano. *Giornale italiano di Psicologia*, 33(1), 83-106. <https://doi.org/10.1421/21961>
- Caprara, G. V., Fida, R., Vecchione, M., Tramontano, C., & Barbaranelli, C. (2009). Assessing civic moral disengagement: Dimensionality and construct validity. *Personality and individual differences*, 47(5), 504-509. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.04.027>
- Cardwell, S. M., Piquero, A. R., Jennings, W. G., Copes, H., Schubert, C. A., & Mulvey, E. P. (2015). Variability in moral disengagement and its relation to offending in a sample of serious youthful offenders. *Criminal justice and behavior*, 42(8), 819- 839. <https://doi.org/10.1177/0093854814567472>
- Cohen, J. (1992). *Statistical Power Analysis* (3rd ed.) Bloomsbury Academic. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.ep10768783>
- Crime in The United States (2019). Criminal Justice Information Services Division. Acedido em <https://ucr.fbi.gov/crime-in-the-u.s/2019/crime-in-the-u.s.-2019/home>
- De Caroli, M. E., & Sagone, E. (2014). Mechanisms of moral disengagement: An analysis from early adolescence to youth. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 140, 312-317. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.04.426>
- DeLisi, M., Peters, D. J., Dansby, T., Vaughn, M. G., Shook, J. J., & Hochstetler, A. (2014). Dynamics of psychopathy and moral disengagement in the etiology of crime. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 12(4), 295-314. <https://doi.org/10.1177/1541204013506919>
- DeLisi, M. (2015). 4 age-crime curve and criminal career patterns. In *The development of criminal and antisocial behavior*(pp. 51-63). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7_4

- Dunn, T. J., Baguley, T., & Brunsten, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British journal of psychology*, *105*(3), 399-412. <https://doi.org/10.1111/bjop.12046>
- Farrington, D. P. (2003). Key results from the first forty years of the Cambridge study in delinquent development. In *Taking stock of delinquency* (pp. 137-183). Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/0-306-47945-1_5
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy: An International Journal of Theory & Practice*, *12*(3), 177- 190. <https://doi.org/10.1002/cpp.448>
- Farrington, D. P. (Ed.). (2017). *Integrated developmental and life-course theories of offending*. Routledge.
- Farrington, D. P. (2020). The integrated cognitive antisocial potential (ICAP) theory: past, present, and future. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, *6*(2), 172-187. <https://doi.org/10.1007/s40865-019-00112-9>
- Farrington, D. P., Piquero, A. R., & Jennings, W. G. (2013). *Offending from childhood to late middle age: Recent results from the Cambridge study in delinquent development*. Springer Science & Business Media.
- Férriz-Romeral, L., Navas-Sánchez, M. P., Gómez-Fraguela, J. A., & Sobral-Fernández, J. (2019). Moral disengagement and serious juvenile crime: a meta-analysis about its relationship. *Revista latinoamericana de psicología*, *51*(3), 162-170. <https://doi.org/10.14349/rlp.2019.v51.n3.3>
- Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics*. sage.
- Glueck, S., & Glueck, E. (1950). Unraveling juvenile delinquency. *Juv. Ct. Judges J.*, *2*, 32. <https://doi.org/10.1177/002205745013300903>
- Hayes, A. F., & Coutts, J. J. (2020). Use omega rather than Cronbach's alpha for estimating reliability. But.... *Communication Methods and Measures*, *14*(1), 1- 24. <https://doi.org/10.1080/19312458.2020.1718629>
- Hinde, R. (2005). *Why good is good: The sources of morality*. Routledge.
- Hirschi, T. (2017). *Causes of delinquency*. Routledge.

- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural equation modeling: a multidisciplinary journal*, 6(1), 1-55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>
- Hyde, L. W., Shaw, D. S., & Moilanen, K. L. (2010). Developmental precursors of moral disengagement and the role of moral disengagement in the development of antisocial behavior. *Journal of abnormal child psychology*, 38(2), 197-209. <https://doi.org/10.1007/s10802-099-9358-5>
- Jennings, W. G., Loeber, R., Pardini, D. A., Piquero, A. R., & Farrington, D. P. (2015). *Offending from childhood to young adulthood: Recent results from the Pittsburgh Youth Study*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-25966-6>
- Larsson, H., Viding, E., & Plomin, R. (2008). Callous—unemotional traits and antisocial behavior: Genetic, environmental, and early parenting characteristics. *Criminal Justice and Behavior*, 35(2), 197-211. <https://doi.org/10.1177/0093854807310225>
- Le Blanc, M. (2009). The development of deviant behavior, its self-regulation. *Monatsschrift fuer Kriminologie und Strafrechtsreform*, 92(2-3), 117-136. <https://doi.org/10.1515/mks-2009-922-304>
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de psicologia*, 4(1), 65-90. <https://doi.org/10.14417/LP.763>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological review*, 100(4), 674. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moffitt, T. E. (2006). A Review of Research on the Taxonomy of Life-Course Persistent Versus Adolescence-Limited Antisocial Behavior. In F. T. Cullen, J. P. Wright, & K. R. Blevins (Eds.), *Taking stock: The status of criminological theory* (pp. 277–311). Transaction Publishers. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816840.004>
- Monahan, K. C., Steinberg, L., Cauffman, E., & Mulvey, E. P. (2009). Trajectories of antisocial behavior and psychosocial maturity from adolescence to young adulthood. *Developmental psychology*, 45(6), 1654. <https://doi.org/10.1037/a0015862>

- Moore, C. (2015). Moral disengagement. *Current Opinion in Psychology*, 6, 199-204. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.07.018>
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10), 633-642. <https://doi.org/10.1177/070674371005501003>
- Obermann, M. L. (2011). Moral disengagement among bystanders to school bullying. *Journal of School Violence*, 10(3), 239-257. <https://doi.org/10.1080/15388220.2011.578276>
- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Lupinetti, C., & Caprara, G. V. (2008). Stability and change of moral disengagement and its impact on aggression and violence in late adolescence. *Child Development*, 79(5), 1288-1309. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01189.x>
- Qi, W. (2019). Harsh parenting and child aggression: Child moral disengagement as the mediator and negative parental attribution as the moderator. *Child abuse & neglect*, 91, 12-22. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.02.007>
- Ramos, C. S. (2020). *Construção e Estudo Exploratório das Propriedades Psicométricas de um Instrumento Breve para Avaliar o Espectro Antissocial: Antisocial Spectrum* [Dissertação de Mestrado, ISPA- Instituto Universitário].
- Risser, S., & Eckert, K. (2016). Investigating the relationships between antisocial behaviors, psychopathic traits, and moral disengagement. *International journal of law and psychiatry*, 45, 70-74. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2016.02.012>
- Rosseel, Y. (2012). lavaan: An R Package for Structural Equation Modeling. *Journal of Statistical Software*, 48(2), 1–36. <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1990). Crime and deviance over the life course: The salience of adult social bonds. *American sociological review*, 609-627. <https://doi.org/10.2307/2095859>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1992). Crime and deviance in the life course. *Annual review of sociology*, 18(1), 63-84. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.18.080192.000431>

- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2003). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, *41*(3), 555-592. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00997.x>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, *602*(1), 12-45. <https://doi.org/10.1177/0002716205280075>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2017). A general age-graded theory of crime: Lessons learned and the future of life-course criminology. In *Integrated developmental and life-course theories of offending* (pp. 165-182). Routledge.
- Shulman, E. P., Cauffman, E., Piquero, A. R., & Fagan, J. (2011). Moral disengagement among serious juvenile offenders: A longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. *Developmental psychology*, *47*(6), 1619. <https://doi.org/10.1037/a0025404>
- Sijtsema, J. J., Garofalo, C., Jansen, K., & Klimstra, T. A. (2019). Disengaging from evil: Longitudinal associations between the dark triad, moral disengagement, and antisocial behavior in adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *47*(8), 1351-1365. <https://doi.org/10.1007/s10802-019-00519-4>
- Sistema de Segurança Interna (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Sweeten, G., Piquero, A. R., & Steinberg, L. (2013). Age and the explanation of crime, revisited. *Journal of youth and adolescence*, *42*(6), 921-938. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-9926-4>
- Tracy, P. E., Kempf-Leonard, K., & Abramoske-James, S. (2009). Gender differences in delinquency and juvenile justice processing: Evidence from national data. *Crime & Delinquency*, *55*(2), 171-215. <https://doi.org/10.1177/0011128708330628>
- Thornberry, T. (Ed.). (2018). *Developmental theories of crime and delinquency*. Routledge.
- Wang, C., Ryoo, J. H., Swearer, S. M., Turner, R., & Goldberg, T. S. (2017). Longitudinal relationships between bullying and moral disengagement among adolescents. *Journal of youth and adolescence*, *46*(6), 1304-1317. <https://doi.org/10.1007/s10964-016-057-0>
- Wang, X., Yang, L., Gao, L., Yang, J., Lei, L., & Wang, C. (2017). Childhood maltreatment and Chinese adolescents' bullying and defending: The mediating role of moral

disengagement. *Child abuse & neglect*, 69, 134-144.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.04.016>

West, S. G., Taylor, A. B., & Wu, W. (2012). Model fit and model selection in structural equation modeling. *Handbook of structural equation modeling*, 1, 209-231.

Xia, Y., & Yang, Y. (2019). RMSEA, CFI, and TLI in structural equation modeling with ordered categorical data: The story they tell depends on the estimation methods. *Behavior research methods*, 51(1), 409-428. <https://doi.org/10.3758/s13428-018-1055-2>

VI. ANEXOS

Anexo I - Consentimento Informado

O projeto de investigação científica “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, é conduzido por uma equipa de 3 investigadores, englobando só em 2019/2020, 6 dissertações de mestrado.

Pretende-se estudar os fatores de risco e de proteção para o comportamento pró/antissocial, bem como para a integração social em adultos, tanto da comunidade como da população prisional.

A sua participação não lhe trará risco ou despesa e pode a qualquer momento recusar a continuidade da participação. A aplicação do questionário é realizada a várias pessoas e o consentimento informado será separado das suas respostas, tornando impossível associar as suas respostas à sua identificação, **garantindo-lhe por isso, o máximo de confidencialidade.** Os resultados deste projeto poderão ajudar a moldar políticas públicas mais eficazes. **A sua participação é voluntária e os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e usados para fins científicos. Nesse sentido, por favor seja sincero.**

Caso aceite participar, pedimos de seguida o seu consentimento informado. Os investigadores disponibilizam-se para esclarecer quaisquer dúvidas, informações adicionais poderão ser obtidas através do e-mail: *projetoispaprosocial@gmail.com*. Muito Obrigado!

Eu, _____ (nome completo), li e compreendi este documento e aceito participar no projeto científico: “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, dando o meu consentimento informado e tendo a garantia que todos os meus dados permanecerão confidenciais.

O/A participante

(Assinatura)

Anexo II – Questionário Sociodemográfico

Dados dos EP's? (a preencher pela investigadora – Sim/Não): _____ Se sim, qual? _____

1. Sexo: Masculino Feminino
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____ (número máximo de anos de escola concluídos com sucesso)
4. Profissão _____ (se está neste momento num estabelecimento prisional, indique a profissão que tinha na altura que foi condenado)
5. Nacionalidade: _____
6. Considera-se parte de um grupo étnico minoritário?
Não Sim
7. Estado Civil:
Solteiro União de Facto Casado Divorciado/Separado Viúvo
8. Se não é financeiramente independente indique a escolaridade e profissão de quem o suporte financeiramente (se é mais que uma pessoa, indique a profissão e escolaridade de quem ganha mais ao fim do mês).
 - 8.1. Escolaridade _____
 - 8.2. Profissão _____
9. Tem filhos? Não Sim
10. Quantos? _____
11. Pratica regularmente desporto? Não Sim
12. Tem algum problema grave de saúde mental? Não Sim
13. Na sua infância e adolescência viveu sempre com os seus pais? Não Sim
14. Já alguma vez viveu num centro educativo? Não Sim
15. Já alguma vez foi condenado (por exemplo, pena suspensa, pena de prisão, trabalho comunitário, etc.)? Não Sim
16. Se respondeu sim, indique quantas vezes (se está preso, contando com esta vez) _____
17. Já alguma vez esteve preso/a ou detido? Não Sim
18. Se sim, qual o crime/s? _____

19. Qual o tempo de pena? _____
20. Quantos dos seus amigos já estiveram presos (Se nenhum, escreva apenas "0"?) _____
21. Se está neste momento num estabelecimento prisional, indique se já frequentou um programa de intervenção dentro do estabelecimento: Não Sim
22. Se sim, que tipo(s) de intervenção? _____

Anexo III – Escala Civic Moral Disengagement

CMD

(G. V. Caprara, R. Fida, M. Vecchione, C. Tramontano, C. Barbaranelli, 2009;

Versão Portuguesa: T. S. Almeida & M. Basto-Pereira, 2019)

No conjunto de afirmações por favor, indique como poderá ser descrito o seu pensamento atual, utilizando a escala:

1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Não concordo nem discordo; 4 = Concordo; 5 = Concordo totalmente.

1. Quando não estão disponíveis caixotes do lixo, não faz sentido repreender cidadãos que deixam o lixo na rua.	1	2	3	4	5
2. Algumas pessoas são verdadeiros desastres.	1	2	3	4	5
3. Esquecermo-nos de chamar à atenção para um erro financeiro a nosso favor não é grave, uma vez que é responsabilidade de quem recebe verificar se existem erros.	1	2	3	4	5
4. Não faz sentido multar quem faz “graffitis” nas paredes, uma vez que existem pessoas que cometem atos de vandalismo bem piores.	1	2	3	4	5
5. Quando o trânsito está a andar rápido, condutores que excedem o limite de velocidade não deveriam ser multados, uma vez estão a acompanhar os outros carros.	1	2	3	4	5
6. Não faz sentido que o indivíduo se preocupe com problemas ambientais, uma vez que os efeitos negativos são produzidos pela sociedade como um todo.	1	2	3	4	5
7. Tendo em conta o desperdício de dinheiros públicos, fugir aos impostos não pode ser considerado reprovável.	1	2	3	4	5
8. Aqueles que são agressivos só podem esperar ser tratados da mesma forma pelos outros.	1	2	3	4	5
9. Furtos em grandes superfícies são irrelevantes em comparação com os ganhos dessas lojas.	1	2	3	4	5
10. As vítimas geralmente têm dificuldade em manter-se fora de perigo.	1	2	3	4	5
11. Furtos não prejudicam muito o comércio, uma vez que o seguro cobre o prejuízo.	1	2	3	4	5
12. Fazer “graffitis” nas paredes é a expressão de um “espírito criativo”.	1	2	3	4	5
13. Não faz sentido sentirmo-nos culpados por danos que também resultam das nossas ações se a nossa contribuição for apenas uma pequena parte do problema.	1	2	3	4	5
14. Fraude em transações econômicas é simplesmente um truque estratégico.	1	2	3	4	5
15. É compreensível calar aqueles que insistem em ser irritantes, mesmo que se tenha que usar medidas duras.	1	2	3	4	5
16. Não faz sentido culpar indivíduos que fogem a uma regra quando toda a gente faz a mesma coisa.	1	2	3	4	5
17. O jogo a dinheiro é um passatempo como qualquer outro.	1	2	3	4	5
18. Para o avanço da ciência é legítimo usar humanos como cobaias, mesmo em experiências de alto risco.	1	2	3	4	5

19. Se as pessoas deixam os seus pertences desprotegidos, a culpa é deles se alguém os rouba.	1	2	3	4	5
20. Se alguém perde o controle durante uma discussão, essa pessoa não pode ser completamente responsável pelas consequências de suas ações.	1	2	3	4	5
21. Os cidadãos que deitam lixo nas ruas não devem ser severamente perseguidos, pois a indústria produz poluição muito pior.	1	2	3	4	5
22. Muitas vezes, usar a força é inevitável para proteger os nossos interesses.	1	2	3	4	5
23. Dada a corrupção generalizada na sociedade, não se pode condenar quem paga para obter favores.	1	2	3	4	5
24. Para manter a família unida, os familiares devem sempre ser defendidos, mesmo quando são culpados de crimes graves.	1	2	3	4	5
25. Destruir coisas antigas é uma maneira de convencer o Estado a fornecer novas instalações.	1	2	3	4	5
26. Se os carros são fabricados para andarem a alta velocidade, não se pode culpar motoristas se ultrapassarem o limite de velocidade.	1	2	3	4	5
27. Os jovens não podem ser considerados culpados se fumarem um charro, já que a maioria dos adultos usa drogas muito mais fortes.	1	2	3	4	5
28. Inimigos merecem ser humilhados e maltratados.	1	2	3	4	5
29. Lealdade envolve não denunciar as coisas erradas que os amigos fazem.	1	2	3	4	5
30. Os funcionários nunca podem ser culpados por atos ilegais, se estes resultam das decisões dos seus chefes.	1	2	3	4	5
31. Para forçar algumas pessoas a trabalhar, elas devem ser tratadas como animais de carga.	1	2	3	4	5
32. A pornografia é basicamente uma forma barata de atividade sexual.	1	2	3	4	5

Anexo IV – Escala AS Spectrum

AS Spectrum

(C. Ramos, A. Castro, & M. Basto-Pereira, 2019)

INSTRUÇÕES: Indique com uma (X) até que ponto concorda que as seguintes afirmações caracterizam a sua maneira de pensar ou agir habitualmente, pelo menos desde o início da adolescência (antes dos 15 anos).

Itens	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. Não cumprir a lei é um problema apenas se fores apanhado.				
2. Por vezes mentir pode ser a melhor forma de resolver o problema.				
3. Quando os outros me irritam por vezes tenho de ser agressivo ou partir coisas.				
4. Não faz mal correr alguns riscos se isso for divertido ou se for possível tirar partido disso.				
5. Devemos fazer sempre o que nos apetece, mesmo que isso nos venha a trazer problemas.				
6. Pessoas fortes não sentem remorsos dos seus comportamentos.				
7. Tenho pouca admiração por pessoas que sentem necessidade de cumprir as regras todas.				
8. É tão fácil mentir como dizer a verdade.				
9. Já me meti em problemas por andar envolvido em lutas.				
10. Mesmo que eu seja o culpado, pouco me interessa o que acontece aos outros.				
11. Pouco me importa se cumpro ou não os meus compromissos.				
12. Raramente ou nunca sinto remorsos pelo que fiz aos outros.				
13. Não cumprir a lei já me trouxe chatices.				
14. As minhas mentiras já me fizeram perder amigos.				
15. Não me incomoda confrontar outra pessoa, mesmo que para isso tenha que ser agressivo ou tenha que lhe partir alguma coisa.				
16. Já arranjei problemas por ter colocado em risco a minha segurança ou a de outros.				
17. Já me meti em problemas por não cumprir as minhas obrigações (horários, dívidas, etc.).				
18. Não sentir remorsos afecta a minha relação com os outros.				
19. Mesmo que saiba que estou a fazer algo errado, às vezes avanço sem pensar.				
20. Por vezes sem me aperceber já estou a mentir.				
21. Quando perco a cabeça “levo tudo à frente”.				
22. Se tiver de correr riscos corro, mesmo que afete a minha segurança.				
23. As minhas relações pessoais já foram afetadas por não cumprir os meus compromissos.				
24. Não me sinto mal quando ajo impulsivamente e prejudico outras pessoas com os meus atos.				